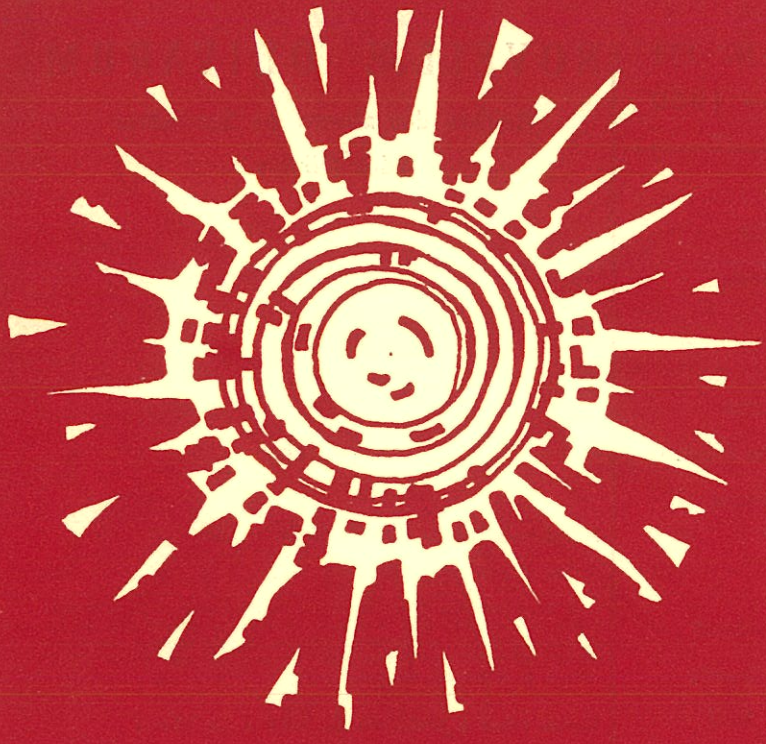


novellae olivarum

ANO XVII — N.º 174
DEZEMBRO — 1960

DIRECTOR
Luís Moita

•

REDACTORES
António Pinto Ribeiro
João Núncio

•

ADMINISTRADORES
Francisco Duarte
Samuel Saúl

•

EDITOR
Joaquim Calheiros

APROV. ECLES.

ASSINATURA

ANUAL	25$00
À COBRANÇA	29$00
Seminários	20$00
AVULSO	3$50

COMPOSIÇÃO e IMPRESSÃO
DA **UNIÃO GRÁFICA** (Lisboa)

NOVELLÆ OLIVARUM

Revista dos alunos do Seminário dos Olivais

Sumário

Natal — Mistério de Redenção

H. Marques 225

A familiaridade com os textos litúrgicos é indispensável para o conhecimento profundo da vida da Igreja. A Liturgia do Natal e Epifania medita longamente o mistério da Incarnação do Verbo, que se fez homem e se manifestou a todas as nações.

Notas sobre o problema da Arte e da Moral

P. Fernando Melro 234

«A moral diz respeito ao uso do livre arbítrio, do que depende que um homem seja bom ou mau. A arte diz respeito ao fazer duma obra, do que depende que a obra seja boa ou má». Apontam-se aqui algumas intuições de importância relevante para o esclarecimento deste problema.

Arte Sacra e Legislação eclesiástica

J. Policarpo 238

A legislação eclesiástica define com muita clareza as condições e o sentido da verdadeira Arte Sacra.
No presente artigo estudam-se algumas das principais determinações canónicas sobre o assunto, completadas por documentos episcopais.

Panorama

A Igreja católica na Noruega 250

Bibliografia 255

Crónica *Germano Cleto* 258

Índice final 260

Suplemento

S. Agostinho: Sermões para o Natal e Epifania 9-12

TEXTOS PATRÍSTICOS
SUPLEMENTO DE «NOVELLAE OLIVARUM»

TERCEIRO FASCÍCULO

S. AGOSTINHO

Falar de Agostinho é falar de um dos homens de que a Igreja mais se orgulha — ele é indiscutìvelmente o maior Padre latino e um dos maiores Doutores da Igreja. Os principais acontecimentos da sua vida são por nós sobejamente conhecidos — juventude em Tagaste, Roma, Milão; a crise da qual se seguiu a conversão e o baptismo (387); o sacerdócio e o episcopado em Hipona (395); a morte na cidade cercada pelos Vândalos (430).

Herdeiro de toda a cultura e de toda a filosofia antigas, é o principal obreiro da elaboração no Ocidente duma cultura e duma civilização cristãs. O seu pensamento domina toda a história da teologia latina e foi preponderante até ao séc. XIII.

A obra de S. Agostinho é duma vastidão inultrapassada, desenvolvendo todos os principais aspectos da vida cristã. Sobressai, porém, de maneira especial, o valor dos escritos anti-pelagianos, que desenvolvem a teologia católica sobre a Grça.

Os seus sermões distinguem-se pela perfeição oratória e pela profundidade doutrinal.

SERMÃO PARA O NATAL

Hoje «da terra nasceu a verdade», da carne nasceu Cristo. Alegrai-vos efusivamente, e considerando o dia que é hoje pensai também no dia que não tem fim, suspirai com ardor e inabalável esperança pelos dons da vida eterna; confiai no poder que vos é dado de vos tornardes filhos de Deus.

Por vós, entrou no tempo o autor do tempo; por vós, apareceu na carne o senhor do mundo; por vós, foi criado o criador. Porque é que vós, homens mortais, ainda pondes as vossas complacências em coisas caducas, e tentando o impossível vos esforçais por agarrar-vos a esta vida fugidia? Esperança muito mais luminosa brilhou na terra, prometendo-se a vida do céu a criaturas da terra. Para que isto fosse acreditado, foi-nos primeiro proposto algo ainda mais admirável. Aquele que havia de tornar deuses os que eram homens, tornou-se homem, Ele que era Deus; sem deixar de ser o que era, quis fazer-se o que Ele próprio fizera. Ele mesmo fez o que viria a ser, porque em Si uniu o homem a Deus, sem perder Deus no homem.

NASCIMENTO VIRGINAL

Admiramos o parto da Virgem e procuramos fazer aceitar aos incrédulos nascimento tão singular: formou-se um germe de vida em seio não fecundado; entranhas puras de qualquer união carnal deram à luz um Filho de homem cujo Pai não sofreram fosse homem.

A perfeita virgindade da mãe ficou intacta na conceição, continuando inviolada ao dar à luz. É admirável o que há nisto de poder, mas mais ainda o que há de misericórdia, porquanto Quem tinha o poder de assim nascer, assim quis vir ao mundo. Era já Unigénito do Pai, Quem nasceu Filho único de sua mãe; foi gerado na mãe que Ele próprio formara; eterno com o Pai e temporal pela mãe; gerado pela mãe, depois da mãe, mas oriundo do Pai antes de todas as coisas, sem ser feito. Ele, sem o qual o Pai nunca existiu, mas sem o qual a Mãe nunca teria existido. (...)

Como não pertenceis ao parto da Virgem, vós que sois membros de Cristo? Maria gerou a vossa Cabeça; a vós, gerou-vos a Igreja. É que ela também é mãe e virgem: mãe pelas entranhas da caridade e virgem pela integridade da fé e da piedade. Gera os povos todos, mas como membros de um só — d'Aquele de quem é o corpo e a esposa. Ainda nisto se aparenta com a outra Virgem, porque é *mãe da unidade* na geração de muitos filhos.

DESCEU A VERDADE DO CÉU

Na pureza do espírito e na santidade do amor, celebremos todos com um único sentir o dia do Natal do Senhor; dia em que, como dissemos ao iniciar este sermão, a verdade nasceu da terra. Logo se cumpriu o que no mesmo salmo se diz de seguida. Aquele mesmo que nasceu da terra, que o mesmo é dizer, da carne, porque veio do céu está acima de todos. E então quando subiu ao Pai, também sem dúvida «a justiça se debruçou a olhar do céu». Ele próprio se refere a esta justiça com aquelas palavras que pronunciou ao prometer o Espírito Santo: «O Espírito convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo. Do pecado, porque não acreditaram em mim; e da justiça, porque vou para o Pai e já não me vereis». Esta é a justiça que olhou do Céu: «a sua partida é numa extremidade do céu, e o seu curso vai até à outra extremidade». E para que ninguém desprezasse a verdade por nascer da terra, quando o «Esposo surgiu do seu tálamo» — isto é, do seio virginal em que o Verbo de Deus se uniu em estreito abraço à natureza humana; para que ninguém, pois, o desprezasse, tomando-o por simples homem, em virtude de haver assumido a semelhança da carne de pecado, apesar das maravilhas do seu nascimento e de se haver mostrado admirável em palavras e em obras — depois de se dizer: «Ele é como um esposo que sai do tálamo, dá saltos como gigante para percorrer o seu caminho», logo se acrescenta: «A sua partida é numa extremidade do céu». «A verdade nasceu da terra»: — o que ouves, não é condição natural mas benevolência; misericórdia, que não miséria.

Desceu a verdade do céu, para nascer da terra: para o esposo avançar vindo do seu tálamo, saiu lá do alto do céu.

Eis porque Ele nasceu neste dia, entre todos o mais pequeno, mas a partir do qual começam os dias a aumentar. Ele que se humilhou e nos libertou, escolheu o mais pequeno dia, mas o dia em que começa a crescer a luz. Vindo assim, ensina-nos com forte insistência, até no seu silêncio, a aprendermos a ser ricos n'Ele, que por nós se fez pobre, a reencontrar a liberdade em quem por nós tomou a condição de escravo, e a possuir o céu n'Ele que por nós nasceu da terra.

SERMÃO PARA A EPIFANIA

Há poucos dias ainda celebrávamos o Natal do Senhor: hoje, com igual solenidade, celebramos a manifestação com que iniciou a sua revelação aos gentios. Nesse dia viram-no recém-nascido os pastores da Judeia; hoje vêm adorá-lo os Magos chegados do Oriente. É que tinha nascido a pedra angular, Aquele que é a paz entre as duas barreiras, opostas radicalmente pela circuncisão e pelo prepúcio: para que se unissem e de dois fossem um só n'Ele, tornou-se a nossa paz. Era isto que prefiguraram os pastores dos judeus e os magos dos pagãos. Começou então o que havia de frutificar e crescer em todo o mundo. Recordemos pois com grata alegria espiritual estes dois dias do Nascimento e da Epifania do Senhor. Pelo anúncio do anjo foram conduzidos a Cristo os pastores da Judeia, e pela luz duma estrela foram encaminhados os magos das nações.

Esta estrela, ao conduzir à adoração do criador do céu e da terra os próprios adoradores dos astros, confundiu os vãos cálculos e profecias dos astrólogos. Quem ao morrer obscureceu o sol, quando nasceu fez surgir uma nova estrela. Nesta luz teve começo a fé dos pagãos, do mesmo modo que nas trevas se mostrava a incredulidade dos judeus. Que estrela era aquela, que nunca tinha aparecido no céu, nem mais se devia ver? Que era se não uma grandiosa palavra do céu a publicar a glória de Deus, e a anunciar com um brilho novo o extraordinário parto da Virgem, até que ao desaparecer fosse substituída em todo o mundo pela luz do Evangelho? Que disseram os Magos ao chegar? «Onde se encontra o Rei dos judeus que acaba de nascer?»

Mas quê? Não tinham nascido já tantos reis dos judeus? Porquê tão veemente desejo em ir conhecer e adorar o rei dum povo estrangeiro? «Vimos a sua estrela no Oriente, dizem eles, e viemos adorá-lo». Porventura haviam de procurá-lo com tanto empenho e por ele suspirar com tanto amor, se não reconhecessem no rei do judeus Aquele que é também o rei dos séculos?

O REI UNIVERSAL

Um sopro de verdade inspirou Pilatos, quando, na Paixão de Cristo, escreveu em título: «Rei dos judeus» — título que a maldade deles quis corrigir. Ao que Pilatos respondeu: «o que escrevi, está escrito». Conforme ao que no salmo havia sido anunciado: «não mudes a inscrição do título». Atendamos pois a este grande e admirável mistério. Os magos eram de origem pagã, como o próprio Pilatos o era; eles viram uma estrela no céu, e ele escreveu na cruz um título, mas tanto aqueles como este, era ao Rei dos judeus que procuravam ou reconheciam, não ao rei dos gentios. Os judeus, esses, nem seguiram a estrela, nem concordaram com o título. De antemão se anunciava o que depois o próprio Senhor veio a dizer: «Hão-de vir muitos do Oriente e do Ocidente sentar-se à mesa com Abraão, Isaac e Jacob, no reino dos céus, ao passo que os filhos do Reino serão lançados às trevas lá de fora». Na verdade, os Magos vieram do Oriente e Pilatos do Ocidente. Aqueles davam testemunho do rei dos judeus a oriente, onde o sol nasce, e este a ocidente, onde o sol morre, para, no reino dos Céus, se sentarem à mesa com Abraão, Isaac e Jacob, pais do povo judeu; não porque deles fossem descendentes pela carne, mas neles foram en-

xertados pela fé, — a fim de prefigurarem aquele zambujeiro de que fala o apóstolo, destinado a ser enxertado na oliveira mansa. É por isso que não era o rei dos gentios que os próprios gentios procuravam ou reconheciam, mas o rei dos judeus; com efeito é a oliveira brava que se enxerta na mansa e não a mansa na brava. Ramos havia que se deviam quebrar, — aqueles judeus incrédulos que aos Magos desejosos de saber onde Cristo devia nascer, respondiam que «em Belém de Judá», e se enfureciam obstinadamente contra Pilatos porque os censurava de quererem crucificar o seu rei. Os Magos adoraram, enquanto os judeus indicavam o lugar onde Cristo acabava de nascer; reconhecemos, de facto, a Cristo na Escritura, que os judeus possuíam. Pilatos, um pagão, lavou as mãos, enquanto os judeus pediam a morte de Cristo: lavamos, de facto, os nossos pecados no sangue que os judeus derramaram. Mas há outra altura, — é no tempo da paixão — para falar sobre o testemunho de Pilatos no título em que escreveu que Cristo era o Rei dos judeus.

INFIDELIDADE DOS JUDEUS

Por agora no que se refere à manifestação de Cristo, acabado de nascer, digamos o pouco que falta sobre o dia desta sua manifestação, (que em grego se diz Epifania), com que iniciou a revelação aos pagãos, a quando da adoração dos Magos. Torna-se em verdadeiro prazer meditar isto repetidamente: como é que à pergunta dos Magos quanto ao local do nascimento de Cristo, responderam os judeus, que em Belém de Judá, sem que eles próprios viessem ter com Ele; antes, pelo contrário, se afastavam, enquanto a mesma estrela conduzia os magos ao lugar onde estava o Menino. Assim se significava que ela podia indicar o caminho da cidade, não porém, sem se ocultar por momentos, a fim de proporcionar uma interrogação aos judeus. Foram eles consultados, para se fazer ver que a posse dos testemunhos divinos era, não para sua salvação, mas para o conhecimento e salvação dos pagãos. É por isso que este povo foi arrancado do seu reino e disperso pelas nações, de modo a ser forçado a dar testemunho, em toda a parte, da fé de que é inimigo.

NATAL
MISTÉRIO DE REDENÇÃO

«*Hodie scietis, quia Dominus veniet et salvabit nos*» (1). É este anúncio grandioso o pórtico que nos introduz na celebração do mistério do Natal.

Desde a hora trágica do julgamento do Éden que a humanidade caminha sem rumo; mas nos ouvidos ressoa-lhe ainda a última palavra do Juiz Divino dizendo à astulta serpente: «*porei inimizades entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela, esta te esmagará a cabeça...*» (2). A última palavra fora de esperança. O Senhor prometeu vir. Vinde Senhor, não tardeis, é o grito da humanidade perdida caminhando no deserto dos séculos. Chegou a resposta, acabou o cativeiro. «*Hodie scietis quia Dominus veniet et salvabit nos, et mane videbitis gloriam eius*» (3). Sabereis hoje que o Senhor vem salvar-nos e amanhã vereis a sua glória. Aqui está resumido todo **o mistério da vinda do Senhor,** que a Igreja vai mais uma vez contemplar.

O Senhor vem salvar-nos, é esta realidade que revoluciona toda a história da humanidade que a Vigília do Natal anuncia. Amanhã já não haverá mais pecado sobre a terra. «*Crastina die delebitur iniquitas terrae et regnabit super nos Salvator mundi*» (4). Amanhã será apagada na terra a iniquidade e o Salvador do mundo reinará sobre nós.

A Luz vai surgir, acabou o reino das trevas. Todo o Ofício da Vigília tem um carácter de anúncio do que se vai passar. «*Crastina die*», é já amanhã, atenção, estai preparados. «*Constantes estote*». «*Sanctificamini filii Israel, et estote parati*» (5). O Senhor está a chegar, vem apagar a nossa iniquidade e reconduzir-nos à casa do Pai.

A unidade do mistério de Cristo

O Natal não celebra um mistério diferente da Páscoa, como a tradicional divisão do ano litúrgico em dois ciclos, ciclo do Natal e ciclo da Páscoa, pode fazer supor aos desprevenidos. O mistério de Cristo é um só: **o Senhor vem**

(1) Introito da missa da Vigília.
(3) Genesis III, 15.
(3) Introito da Missa da Vigília.
(4) Responsório 3.º de Matinas da Vigília.
(5) Responsório 2.º de Matinas da Vigília.

salvar-oos, e todo ele está já presente no Natal. O Natal é o princípio da redenção. Princípio não à maneira de prefácio abrindo uma obra de que ainda não faz parte, mas como parte integrante da epopeia maravilhosa de Deus restaurando mais admiràvelmente, uma obra admiràvelmente construída (6) «*Mirabiliter condidisti et mirabilius reformasti*». Deus reformando o que o inimigo deformara.

Claro que a Redenção só depois da morte do Senhor ficará completa, só do alto da Cruz, momentos antes de expirar Jesus dá por acabada a sua obra. «*Consumatum est*» (7). Mas a Vítima pendente da cruz é o menino que ora contemplamos nos braços de Maria adorado dos pastores. «*Ad crucem e virginis sacrario intacta prodis victima*» (8). Como vítima imaculada passas do Santuário virginal para o altar da cruz.

Nos braços da Virgem Ele é já o Salvador, assim o anunciou o anjo aos pastores: «*nasceu-vos hoje o Salvador*» (9), tal como já o havia feito a José. *Ipse salvum faciet populum suum a peccatis eorum*» (10).

No presépio não está o que há-de vir a ser Redentor. É já o Redentor a actuar. Desde o momento da incarnação Ele é sacerdote e vítima oferecida ao Pai para regeneração do género humano.

«*Orietur sicut sol Salvator mundi*», qual o sol que mal desponta logo ilumina, assim Cristo começa a resgatar os homens logo que nasce, tal como na aurora está já o novo dia ainda que não em toda a sua plenitude, assim na Incarnação está a Redenção. Por isso a Igreja diz pensando no nascimento de Cristo: «*Crastina die debitur iniquitas terrae*» (11) e «*crastina erit vobis salus*» (12): amanhã brilhará a vossa salvação.

Natal e Páscoa

O Mistério da Páscoa não pode compreender-se sem o Natal. A Redenção tal como Deus quis realizá-la, exigia Deus visível e passível. É o que nesta festa nos é apresentado, Deus feito palpável aos homens. «*Quod fuit ab initio, quod audivimus, quod vidimus oculis nostris, quod perspeximus et manus nostrae contractaverunt*» (13). O que foi desde o princípio, o que ouvimos, o que com nossos olhos vimos e contemplámos e nossas mãos apalparam... diz S. João: doutra maneira como poderia aceitar-se o mistério Pascal: um Deus morto e ressuscitado?

A Incarnação faz Deus visível «**Aparuit** *gratia Dei et Salvatoris nostri omnibus hominibus*» (14). Manifestou-se a graça de Deus, fonte de salvação para todos os homens, diz São Paulo na Epístola que lemos na missa da meia-noite. A perspectiva de ver a glória de Deus aterrorizava os israelitas, mas

(6) Oração da preparação do ofertório do cálix.
(7) João XIX, 30.
(8) Hino de Vésperas do tempo do Advento.
(9) Luc. II, 11.
(10) Mat. I, 21.
(11) Resp. 3.º de Matinas da Vigília.
(12) 5.ª Antífona de Laudes da mesma Vigília.
(13) I João I, 1.
(14) Ep. a Tito II, 11.

agora o mesmo Deus fez-se menino para ser visto por nós, para todos nos atrair a Si», «*Vimos a sua glória*», ver a glória do Filho é ver a do Pai. «*Qui videt me videt et Patrem*» (15).

Regnabit super vos Salvator, nós seremos ovelhas do seu rebanho, Ele será o nosso pastor e o nosso mestre, de ora avante não teremos outro, Ele mesmo diz que *um só é o nosso Mestre, Cristo*. Ele é a Sabedoria do Pai que vem ensinar-nos as sendas da eternidade: «*o Sapientia... veni ad docendem nos*» (16). É o reino do Senhor que vem, reino que não terá fim, como o anjo diz a Maria. «Tu és Rei»? — pergunta-Lhe Pilatos. Tu o dizes: «Eu sou Rei» é a resposta de Jesus. «*Rex Pacificus*» cantam as I Vésperas de Natal. É o Reino de amor, de justiça e de paz que surge. O Natal é a contemplação da chegada do grande Rei. A Igreja exultante canta: «*Christus natus est nobis, venite adoremus*» (17)

Como a Igreja vive o Natal

A celebração que a Igreja faz dos mistérios de Cristo, não é mera recordação saudosa dum passado longínquo. Ela não é uma anciã dominada pela nostalgia do passado, mas a sempre jovem que anseia chegar à sua plenitude, a noiva desejosa de se encontrar com o Divino Esposo; por isso quando na Vigília prepara o aparecimento do Bem-amado, ela pensa já no regresso glorioso do Senhor Jesus como juiz, na parusia. «*Venientem judicem securi videamus Dominum nostrum Jesum Christum*» (18), que confiadamente vejamos vir como juiz, nosso Senhor Jesus Cristo. Esse é o dia desejado, é para ele que ela caminha, por isso logo no primeiro dia do ano litúrgico, o primeiro domingo do Advento, ela contempla o anúncio desse dia feito pelo Senhor e fecha o ciclo da celebração do mistério de Cristo com a visão desse mesmo dia. Se agora olha para o presépio não é para lá encontrar quem lá não está, mas para reviver o primeiro passo do mistério que lhe deu existência, se toma as orações dos que precederam a vinda do Salvador não é por se sentir sem Ele mas porque deseja a todo o transe possuí-lO em plenitude. Alimentada já pelo pão descido do céu faz suas as orações dos famintos para mais sentidamente pedir a posse total da riqueza de Cristo.

Clamando, vinde Senhor, vinde, e não tardeis, não quer com isso dizer que Ele não tenha já vindo mas pede-Lhe que continui a vir, venha cada vez mais, para que realmente toda a criatura veja a salvação do Nosso Deus como diz a antífona da comunhão da Missa da Vigília, para que o triunfo de Jesus seja conhecido até aos confins da terra.

Deus feito homem

Ao mesmo tempo, que na contemplação do mistério de Cristo busca alimento, a Santa Igreja canta a glória de Deus que não poupou o próprio Filho para salvar a humanidade. Debruçada sobre o presépio adora a Omnipotência

(15) João, XIV, 9.
(16) Antífona do dia 17 de Dezembro.
(17) Invitatório do Natal.
(18) Oração da Missa da Vigília.

Divina que pode operar a maravilha da incarnação. Aquele que está entre animais é o Verbo de Deus. Filho eterno do eterno Pai. «*O Rei dos céus hoje dignou-se nascer duma Virgem*» (19). Como é possível Deus imutável feito homem, Deus omnipotente e eterno nascido no tempo, feito menino, e contudo permanecendo eterno e imutável como antes de tomar a humana natureza. «*Deus homo factus est id quod fuit mansit id quod non erat assumpsit*» (20).

Admirável mistério nos é dado contemplar Deus feito homem, continuando a ser Deus, continuando a ser o que era passou a ser o que não era! Como? «*Magnum divinum divinumque secretum*» (21), imenso e divino mistério, responde S. Agostinho. E contudo é verdade o menino de Belém é o Filho do Eterno. Ele mesmo o afirma ao entrar no mundo: «*Dominus dixit ad me: Filius meus es Tu, ego hodie genui Te*» (22), disse-me o Senhor: És o meu Filho, hoje Te gerei; e o Pai o atesta: «*In splendoribus Sanctorum, ex utero ante luciferum genui te*» (23). Nos esplendores dos Santos, antes de haver dia, te gerei no meu seio. *Magnum mysterium!* Grande mistério, o Senhor da eternidade encerrado no seio de uma mulher e reclinado num presépio entre animais; de tal maneira Deus amou o mundo. Só o amor infinito de um Deus podia atingir tais extremos. Maravilha do amor do Nosso Deus que para salvar o homem não hesita descer do trono altíssimo e sair-lhe ao caminho travando-lhe a marcha para a ruína total. Entregue a Si mesmo o homem tem por único destino a perdição na morte eterna.

O homem divinizado

Mas Deus vem faz-se homem para salvar a humanidade, toma a vida humana que era morte para nela introduzir gérmens de ressurreição. E o proscrito do Éden passa a ser filho de Deus», *filho no Filho*, segundo a expressão de S. Paulo. O homem remido passará a ser uma nova criatura, com uma vida nova. A vida divina passará a circular nele e um lugar lhe pertencerá à direita do Pai. «*Aurum fenum mutavit; quomodo mutavit? Resuscitavit, vivificavit in cœlum levavit et ad Patris dexteram colocavit*» (42). Cristo oiro divino veio transformar a palha que era o homem para o salvar do fogo. Transformou-o ressuscitando-o para uma vida nova, e levando-o para junto do Pai.

A Incarnação é antes de mais uma admirável permuta de Deus com a humanidade. Deus assume a natureza humana para lhe comunicar a sua vida divina. A primeira antífona de Laudes da Oitava do Natal, sintetiza admiràvelmente todo o mistério: «*O admirabile commercium. Creator generis humani, animatum corpus sumens... largitus est nobis suam deitatem*» (25). O Criador do género humano tomando um corpo comunicou-nos a sua divindade. Deus fez-se homem para que o homem se fizesse Deus segundo a frase atribuida a S. Agos-

(19) Respons. de Matinas de Natal.
(20) Antífona Benedict. de Laudes da Oitava do Natal.
(21) S. Agostinho, sermão 119, 1.
(22) Introito da Missa da meia-noite.
(23) Communio da mesma missa.
(24) S. Agostinho, sermão 119, 4.
(25) 1.ª antífona de Laudes da oitava do Natal.

tinho. Mistério enorme, infinito que mais nos confunde quando pensamos que tudo foi obra do amor gratuito de Deus. «*De tal maneira Deus amou o mundo que lhe deu o seu Filho unigénito para que todo o que n'Ele acreditar não pereça mas tenha a vida eterna*» (26) o amor de Deus mais carinhoso que o amor maternal foi razão de toda a Sua obra criadora e redentora.

A inteligência não abarca o mistério, adora-o na fé.

«*Domine ecce nescio loqui quia puer ego sum*» (27). Eis Senhor que sou pequeno não sei falar. Somos demasiado crianças para na nossa linguagem confusa exprimirmos a realidade simplicíssima de Deus e da Sua Obra.

Nada temos a fazer senão deixarmo-nos conduzir pela Igreja na contemplação dos divinos mistérios, e alegrarmo-nos porque recebemos a misericórdia de Deus «*suscepimus Deus misericordiam tuam*» (28), e até aos confins da terra chegou a salvação do nosso Deus «*viderunt omnes fines terrae salutare Dei nostri*» (29). É na alegria que a Santa Igreja celebra a vinda do Senhor. «*Nasceu hoje o nosso Salvador, alegremo-nos, porque não é permitido haver tristeza quando nasce a vida*» (30). Estas são palavras de S. Leão que a Igreja faz suas na festa do Natal. Nasce a vida, acaba o terror da morte. O trágico espectro que pesava sobre a humanidade foi destruído porque o Senhor que é a vida, como Ele mesmo disse, veio e continua a vir pela graça que abundantemente distribui sobretudo nos Sacramentos em particular na Santíssima Eucaristia. Ele quer nascer todos os dias para que venham à vida os que estão sepultados na morte do pecado, e para que os vivos sintam a vida aumentar, por isso O temos todos os dias sobre o altar oferecendo-se a nós como alimento de vida eterna. «*Quem comer deste pão não morrerá*».

Ao celebrar o nascimento do Senhor a Igreja reune-se por três vezes, coisa extraordinária, em volta do seu verdadeiro presépio, o altar e canta em transportes de alegria: hoje nasceu o Salvador, e exulta porque é Ela que o dá à luz, é nela que os povos O encontram tal como outrora os pastores o encontraram nos braços de Maria: «*Exulte o Santo, porque se aproxima o triunfo; alegre-se o pecador porque é convidado ao perdão; tenha ânimo o gentio porque é chamado para a vida*» (31).

EPIFANIA

Epifania diz manifestação. A luz brilhou nas trevas. O Senhor veio para salvar todos os povos, para todos Ele é luz «*lumen ad revelationem gentium*» (32). A Epifania mais não é que o prolongamento do mistério do Natal. Neste como naquela se celebra o aparecimento do Senhor em forma humana para nos levar à luz da sua imortalidade «*in substantia nostrae mortalitatis aparuit, nova nos immortalitatis suae luce reparavit*» (33).

(26) João III, 16.
(27) Jeremias I, 6.
(28) 1.ª antíf. do 2.º nocturno de matinas do Natal.
(29) Communio da 3.ª missa do Natal.
(30) S. Leão, 1.º sermão do Natal, 4.ª lição de Matinas.
(31) Idem.
(32) Lucas II, 32.
(33) Prefácio da Epifania.

A Epifania vem vincar a ideia de salvação que é *para todos os homens* a vinda do Senhor. É a manifestação do Senhor, como Salvador universal. As fronteiras do povo eleito são alargadas até aos confins da terra e a aliança feita outrora com o povo hebreu no monte Sinai, vai ser selada com todos os homens de todos os tempos e lugares, no Sacrifício do Gólgota.

O Senhor veio como luz para iluminar todos os que andavam nas trevas. «*Populus qui ambulabat in tenebris vidit lucem magnam*» (34).

No mar em trevas que era a vida sem rumo da humanidade, um farol se acendeu, chamando à rota da eternidade os pobres mortais errantes nas sendas da morte. Os magos que a Santa Igreja se compraz em contemplar aos pés de Jesus, marcam o início da procissão infinda das gerações acorrendo através dos séculos, a prestar vassalagem ao Rei Divino que vem revestido de magestade e poder: «*Ecce advenit dominator Dominus: et regnum in manu eius et potestas et imperium*» (35). Eis que chega o Senhor e Dominador que tem em suas mãos o reino, o poder e o império.

Jesus é Rei como tal é procurado pelos Magos. «*Onde está o Rei dos judeus que acaba de nascer*» (36). Como Rei é aclamado pela multidão quando da entrada triunfal em Jerusalém, e assim se declara de maneira impressionante diante do procurador romano que o justiçava: «*Tu dicis quia rex sum Ego*» (37). Eu sou rei. «*Rex pacificus magnificatus est*» (39). Toda a terra aclama o Rei Pacífico cujo jugo é suave e que descendo dos altíssimos céus feito igual aos seus vassalos, escolheu para trono os braços maternos duma virgem.

Perante tão atraente doçura todas as gerações se incorporam no cortejo aberto pelos Magos e vêm prostrar-se aos pé do Rei Divino, que a todos estende os braços numa oferta de vida. Já não temeremos aproximar-nos d'Ele porque não vem tirar-nos o reino da terra mas antes oferecer-nos o do céu, «*non eripit mortalia qui regna dat caelestia*» (39).

O espectáculo das nações correndo para Jesus enche de alegria a «Cidade de Deus» a Santa Igreja por saber que a Jerusalém iluminada pela glória do Senhor para a qual convergem os povos dos quatro pontos da terra, é Ela mesma: «*Jerusalém ergue-te... vê que todos se congregam e vêm a ti*» (40). É nela que o Rei Divino tem o seu palácio; é ela a encarregada de receber e apresentar ao Soberano Senhor os que se Lhe vêm render. Porque nEla brilha a Luz que ilumina todos os homens, porque Ela é o Reino da Luz, é para Ela que todos os povos têm de se dirigir «*ambulabunt gentes in lumine tuo*» (41). Por isso a Epifania é já de algum modo a manifestação da Igreja ao mundo, porque é na Igreja que os homens encontram o Salvador tal como outrora os magos o encontraram nos braços de Maria.

---

(34) Isaias IX, 2.
(35) Introito da Epifania.
(36) Mat. II, 2.
(37) João XVIII, 37.
(38) 1.ª Antíf. de I Vésperas de Natal.
(39) Hino de Vésperas da Epifania.
(40) Isaías LX, 1.
(41) Responsório 4.º de Matinas da Epifania.

A salvação universal

A ideia de salvação universal domina toda esta festa. O capítulo 60 do profeta Isaías é profusamente lido, em lições, responsórios e antífonas, porque nele admiràvelmente se descreve com rara imponência o cortejo dos povos para o Salvador. Vêm de todos os pontos, de Sabá, de Társis, da Arábia prostrar-se diante do Senhor (42).

Jesus é Rei, Ele o disse; mas logo acrescentou que o Seu Reino não é deste mundo «*regnum meum non est de hoc mundo*» (43). Neste reino só quem tem fé pode entrar. Sempre a fé foi condição de entrada no Reino de Deus. Se acreditas verás a glória de Deus diz frequentemente Jesus.

Os Magos são para nós altíssimo exemplo de fé, mal vêem o sinal do Rei Divino partem em busca d'Ele. Não sabemos donde vieram nem para onde voltaram. Sabemos que vieram logo que viram o sinal anunciador do grande Rei. «*Hoc signum magni Regis est eamus et inquiramus eum*» (44). Este é o sinal do grande Rei, vamos procurá-lO. E partem talvez de longínquas terras em busca d'Aquele que seus corações já haviam encontrado porque já acreditavam n'Ele. «*Eamus et offeramus*» (45). Vamos e ofereçamos. O encontro com Deus para ser verdadeiro tem de ser sempre uma entrega total de todo o nosso ser. Caminhar para Deus é procurar cada dia pertencer de facto ao Senhor que sobre nós tem todo o domínio. Os presentes oferecidos pelos Magos são símbolo do presente que de nós mesmos fazemos ao Senhor, na alegria da sua salvação estendida a todo a terra. Dar a Deus é enriquecer-se, por que é trocar a nossa indigência pela Sua infinita riqueza.

O Baptismo no Jordão

Solene manifestação a que foi feita a todo o mundo no baptismo do Senhor no Jordão. O próprio Pai Eterno fez ouvir a Sua voz anunciando que Aquele que sobe das águas é seu Filho gerado desde toda a eternidade». «*Hic est Filius meus dilectus in quo mihi complacui*» (46). Este é o meu Filho muito amado que faz todo o meu enlevo. Também o baptismo de Jesus é Epifania, por isso a Igreja aproxima este acontecimento da visita dos magos, e os celebra conjuntamente, dedicando ao baptismo do Senhor o oitavo dia desta festa.

Jesus desce às águas não para fazer penitência, mas para as tornar fecundas capazes de gerar filhos para o Reino dos céus. «*Para que sendo-lhes comunicada a virtude santificadora, do seio delas surja renascida uma nova criatura, uma raça celeste*» (47).

O Baptismo de Jesus é anúncio da Sua morte e consequentemente do Sacramento regenerador pelo qual, participando nessa morte se entra regene-

(42) Cf. Isaías LX.
(43) João XVIII, 36.
(44) Antif. de Magnificat das I Vésperas.
(45) Idem.
(46) Mat. III, 17.
(47) Prefácio da bênção da Água na Vigília Pascal.

rado no Reino dos céus. Só quem renascer da água e do Espírito Santo lá poderá entrar (48).

A epifania continua

Enfim a Epifania não acabou ainda. A Santa Igreja continua a mostrar ao mundo o Salvador desejado. Toda a vida dela é uma Epifania constante revelando cada vez mais aos homens o mistério de Cristo.

Através de desertos e florestas que fazem os ardorosos missionários senão levar às almas jacentes nas trevas da morte a Luz Divina que raiou sobre a terra? Em cada alma onde cintila o amor divino há uma manifestação do Senhor. «*Cui diligit me manifestabo ei meipsum*» (49). Manifestar-me-ei àquele que me tem amor.

Assim à luz da primeira Epifania do Senhor, toda a terra se vai preparando para a grande Epifania da eternidade. «*Ó Deus que neste dia por meio de uma estrela guiastes as nações pagãs ao conhecimento do Vosso Filho único, concedei-nos que conhecendo-Vos já pela fé, cheguemos à contemplação da face da vossa Suprema Magestade*» (50).

H. MARQUES

(48) Cf. João III, 5.
(49) João XIV, 21.
(50) Oração da Missa da Epifania.

NOTAS SOBRE O PROBLEMA DA ARTE E DA MORAL

— O conflito da arte com a moral é um conflito do homem consigo mesmo, naquela zona da existência onde a sinceridade deve ser dona e o homem constroi ou destroi o próprio valor. É apenas aí que poderá haver conciliação. Só colocados nesse plano vital, voltados para o horizonte da existência, nos perguntaremos com possível êxito porquê e como se entrechocam exigências morais com exigências estéticas. Sucederá, porventura, que estas ou aquelas sejam pseudo-valores? ou estará o homem dividido em dois mundos inconciliáveis?

Devemos a Maritain o ter-nos recordado a clara distinção, velha dos tempos de Aristóteles, entre moral e arte, como duas actividades do espírito, independentes uma da outra, soberanas no próprio campo. Depois do já clássico «Art et Scolastique», volta a repetir em «Creative Intuition in Art and Poetry»: «A moral diz respeito ao uso do livre arbítrio, do que depende que um homem seja bom ou mau. A arte diz respeito ao fazer duma obra, do que depende que a obra seja boa ou má» (1).

O facto, porém, é que essas actividades são tais enquanto dum mesmo homem, revelando o mesmo espírito, encontrando-se na origem como dois rios na única nascente. Se houver luta, há infidelidade de uma ou de outra, senão de ambas, à unidade original. Ora, tanta é a experiência de tais lutas que se vulgarizou a convicção duma impossível, ou ao menos muito difícil, harmonia entre vida de arte autêntica e uma sólida moralidade.

— Marcando a impossibilidade de harmonia nos extremos dum estetismo libertino e dum moralismo insípido, que nada mostram dos valores estéticos ou dos valores morais, deve excluir-se, também, o acordo por cedência amigável de ambas as partes, por tempero de atitudes. A independência da arte, como a da moral, são fundamentais. Isto é assim na esfera da actividade. É tão ilegítimo que a arte arrogue para si o direito de criar a *moral* que lhe sirva, como que a moral determine os cânones duma arte que a propagandeie. Devemos descer à vida profunda do espírito e buscar a nascente metafísica donde sai toda a actividade humana que se espalha pelos múltiplos caminhos do nosso mundo.

---

(1) Jacques MARITAIN, *L'intuizione creativa nell'arte e nella poesia* (Brescia, Morcelliana, 1957), p. 51.

— A doutrina da Filosofia escolástica sobre a beleza como propriedade transcendental do ser, surge-nos sempre numa riqueza de novidade, quando à sua luz encaramos os inúmeros problemas de ordem estética. O belo é a síntese das demais propriedades do ser — unum, verum, bonum —; inebria todo o espírito; é o resplendor do próprio ser. A beleza diz-se duma verdade que ilumina a inteligência ao ponto de levar todas as outras potências do homem a convergirem para ela numa adesão amorosa. Diz-se dum bem que arrebata o espírito numa embriaguez de evidência e posse. *Splendor entis*, a beleza volta para si o espírito com todas as suas forças, como as plantas para o sol. Este heliotropismo que move os espíritos está no coração da ordem moral. O fim último do homem não tem a tonalidade vaga dum horizonte brumoso. É cheio de beleza. E revelou-Se aos homens no mistério da Incarnação. Cristo é Beleza, Splendor Patris. Diz S. Tomás: «Pulchritudo habet similitudo cum propriis Filii» (2).

— Também ao nível dos seres criados encontramos a beleza como harmonia, resplendor das formas transcendendo a matéria e deleitando todo o espírito. Mas a beleza não se resolve neste deleite. O prazer é um efeito, não a essência do belo. É a projecção subjectiva da harmonia dos seres. Quando tal prazer encerra o espírito na prisão do sensível, torna-se *defeito* da beleza criada. O homem encontra-se perante a tentação da volúpia e da idolatria. E, voltando-se para o prazer das belezas sensíveis, estagna entorpecido. Mas a beleza transcendente o sensível e, se o espírito que a olha nas coisas é puro de desejos, entusiasma-o, dá-lhe a insatisfação do visível.

O artista toma contacto com a beleza num conhecimento cuja palavra é a obra de arte. Por esta, ele comunica-nos e comunica a si mesmo o entusiasmo da existência. A «intuição criadora», cuja natureza psicológica Maritain investiga com precioso rigor na última das obras citadas, é no sujeito e exprime na obra de arte a comunhão do espírito com o ser. Mas o artista não é um mero transformador de beleza natural em beleza artística. A obra que ele realiza, traz a originalidade da sua alma, é parte do seu mundo interior. A forma que resplende na obra de arte, não é só resplendor da coisa criada mas também, e primàriamente, resplendor do espírito criador. A produção da obra de arte tem algo de creativo. A arte é a actividade humana que mais analogia possui com a obra criadora de Deus. Há uma comunicação do artista, da sua alma ao objecto, que existe como tal por esta participação. E pela obra de arte nós entramos na alma do artista, descobrimos a sua «existência». Mas não é criação pura a criação artística; é também invenção, descoberta. O artista descobre, como os antigos navegadores o mundo transoceânico, uma trans-realidade, um novo-mundo sem nome. A mão da Beleza condu-lo à porta do Infinito: — *Que tu viennes du ciel ou de l'enfer, qu'importe, — O Beauté! monstre énorme, effrayant, ingénu! — Si ton oeil, ton souris, ton pied, m'ouvrent la porte — D'un Infini que j'aime et n'ai jamais connu?* (3)

A arte descobre, mas não dá o que descobre. Não tem nome para o mundo em que penetra nem é responsável dos perigos corridos. «*Et tu gouvernes tout et ne réponds de rien*» (3). A arte não salva o homem. A arte é dum valor re-

(2) S. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.*, I, q. 39, a. 8.
(3) BAUDELAIRE, *Himne à la Beauté.*

lativo, ainda que leve o homem à fronteira mais próxima do absoluto. A liberdade da arte exerce-se no domínio que tem o espírito sobre as formas de beleza e na transcendência sobre os dados reais. Liberdade gratuita perante as actividades que não sejam ela mesma, a arte dá ao homem um sentido fundo de libertação. Mas esta não é a liberdade pela qual o homem escolhe os seus caminhos e constroi a sua existência. O sentido de libertação que a arte cria no homem situa-se a uma distância ao mesmo tempo mínima e intransponível da liberdade que funda o reino da moral ou da finalidade humana. «L'art — et c'est là son grandeur — donne à l'homme le pressentiment de la liberté véritable» (4). Nesta vizinhança intransponível situa-se todo o possível litígio da arte contra a moral. Fàcilmente a libertação, que é dada na arte, se muda (...) em evasão.

— A propósito deste mesmo problema e dos despeitos da parte dos moralistas, escreveu Benedetto Croce que «só mantendo a firmeza do princípio da pura intuição, imune de qualquer tendência mesmo moral, é possível fornecer por um lado armas válidas para a sua justa polémica e, por outro, dissipar os seus não fundados receios: ou seja, só com aquele princípio se afasta efectivamente a imoralidade da arte, sem cair na insipidez do moralismo» (5). Deslocada a afirmação do horizonte de idealismo histórico, próprio do pensamento de Croce, para a linha de valores ontológicos de que falámos, dá-se-lhe razão enquanto a «intuição poética» se situa numa fundamental pureza de interesses, na tal libertação que faz da arte uma actividade totalmente gratuita. Mas não basta a fidelidade da arte a si mesma para a tornar fiel moralmente. O litígio, acabámos de dizer, situa-se grandemente nesta purificação atingida pela arte. A consciência estética veste-se duma pureza original, «tem em si mesma o sentimento do pudor e sabe onde não lhe compete outra forma de expressão senão o silêncio» (6). Mas este sentimento, esta castidade inata não é ainda o pudor e a castidade morais. A arte pode guardar inviolável a sua pureza ainda que a obra ou o autor sejam moralmente condenáveis. A sua impureza, a sua «imoralidade» vêm-lhe dum viciamento por elementos espúrios que podem nascer tanto de boas como de más intenções. É tão *impuro estèticamente* um romance de edificação como um outro de exaltação ao amor livre.

— O litígio entre arte e moral perdura, mesmo que se purifique a arte de quaisquer servilismos. Falamos desse litígio referido no começo, que nasce da desordem do homem no seu coração. O artista não vive a condição angélica. Só nela é que a pureza poética e a pureza moral seriam indistintas. O artista vive como homem e na condição de pecador. A pureza da sensibilidade estética dá-lhe vivíssima consciência de tal condição, mas não o exime, ainda que se tente a ilusão duma santidade na arte. Pode pecar através das obras da criação, ainda que estas lhe surjam num resplendor de beleza que é rastro da criação divina; pode pecar através das suas obras de arte, ainda que elas sejam o resplendor do seu espírito que o pecado não destrói como imagem do Criador. Por isso, os

(4) Joseph DE FINANCE, *Existence et Liberté* (Paris, E. Vitte, 1955) p. 323.
(5) BENEDETTO CROCE, *Nuovi Saggi di Estetica*, in *La Letteratura Italiana. Storia e testi*, vol. 75 (Milano-Napoli, 1951) p. 241.
(6) *ibid.*, p. 242.

poetas, seja qual for a sua linguagem, seguem múltiplos caminhos na existência. A obra de arte espelha todos esses caminhos, di-los sem disfarce porque é a única linguagem que mostra o homem na sua condição singular, concreta. Há-os de revolta, de desespero ou de desprezo perante Deus; há-os de inquietação e de procura; há-os de criação de valores sem referência divina; há-os, enfim, de entusiasmo na esperança possuída.

O campo de luta alastra-se a todo o homem. Aqui a arte surge igualmente dinâmica dum ou doutro lado, tão satânica como divina. Ou faz-se criadora de deuses, ou torna-se resplendor do homem redimido, manifestação da alegria imensa que, vinda de Cristo, penetrou no homem e em todas as criaturas do universo, do universo que o poeta sempre descobriu a comungar nos sentimentos do homem.

P. Fernando Melro

ARTE SACRA

E LEGISLAÇÃO ECLESIÁSTICA

Se a arte sacra foi sempre um resultado imediato de uma vida cristã vivida em plena pujança, ela foi sempre, e é-o sobretudo hoje, um problema de Igreja. É a própria comunidade eclesial, que, exprimindo e gravando na matéria, a profundidade e a beleza, a perenidade e actualidade da sua vida, levanta os seus templos, onde ela própria se revivifica e se constrói, e molda as suas imagens, diante das quais ela reza, em verdadeira comunhão dos Santos. Não admira pois que a arte seja alvo dos solícitos cuidados da Santa Igreja, e objecto de uma legislação concreta.

O C. J. C. determina o seguinte: «Procurem os Ordinários que, ouvido até, se for necessário o conselho de peritos, na constituição e restauração das Igrejas se guardem as formas consagradas pela tradição Cristã, e as leis da arte Sacra» (1).

Noutro lado o código determina que «...por via de regra se afaste da Igreja tudo o que desdiz da santidade do lugar» (2).

Procuremos interpretar o código à base da restante legislação, quer universal, quer diocesana.

Destes cânones, vários problemas se levantam:

1) Uma legislação especial no respeitante à arquitectura religiosa — o c. 1.164 refere-se à «construção e restauração de Igrejas», e uma legislação mais genérica, referente ao arranjo geral do templo — decoração, ornamentação, imagens (2).

2) O código manda que nessa restauração e construção se conservem as formas recebidas da tradição cristã.

3) Manda igualmente que se observem as leis da Arte Sacra.

4) Constitui como autoridade única em questões de arte, o Ordinário do Lugar (3).

5) Aconselha-o, no exercício da sua função, a recorrer ao conselho dos peritos.

---

(1) c. 1164 § 1.

(2) c. 1178 cf. c. 485.

(3) Cf. c. 1162 Nenhuma igreja será edificada sem o consentimento expresso do Ordinário do Lugar dado por escrito...»

I — Noção de Igreja

A) O código, ao dar regras concretas, quer sobre a construção de Igrejas, quer sobre a sua ornamentação em geral, tem em conta a noção de Igreja (4), acabada de definir, aliás, no c. 1161 como «o edifício sagrado que se destina ao culto divino, principalmente com o fim de que todos os fiéis possam servir-se dele para exercer pùblicamente o dito culto».

Demoremo-nos pois um pouco na noção de Igreja:

Ela é, segundo o Direito Canónico, um «edifício dedicado ao culto e às reuniões dos fiéis» (5). Ela é pois verdadeiramente a casa de Deus, para os homens; é a casa do Pai para os filhos. Destina-se ao culto, à oração da comunidade como tal, aí reunida para orar. Mas é mais, infinitamente mais, do que casa de oração e de reunião» (5), «ela é o lugar do culto católico, onde os fiéis participam do mistério de Cristo pelos Sacramentos» (5). Ela é o lugar onde se realiza a santificação da Igreja; é sobretudo a casa da grande família de Deus, que ali se reune para participar da mesma mesa, confraternizando na mesma refeição Eucarística. Dada a sua natureza, ela tem valores permanentes e necessários, e que nela devem estar sempre presentes:

a) *a sacralidade.* «É o valor específico por excelência. Define-a e exprime-a. Sempre aparentada com a expressão artística da época, este distingue-a de todo e qualquer outro edifício. É ele que cristianiza a paisagem, eleva e espiritualiza as nossas povoações» (5);

b) *a nobreza, a dignidade, a espiritualidade, a beleza.* Estas qualidades devem fazer parte intrínseca dela, «como uma espécie de esplendor íntimo, espontâneo, ia a dizer, ontológico, que nasce da verdade, harmonia e justeza de todos e de cada um dos elementos» (5).

c) Ela deve ainda estar possuída da *tranquilidade, da segurança* e *da estabilidade* da fé católica. «Uma Igreja é porto de salvação para os náufragos da vida, abrigo de paz para os fugitivos do erro, da dúvida, do pecado, apoio seguro para os que hesitam e receiam» (5).

E se todas as igrejas, de todas as épocas, devem possuir estes valores, as dos nossos dias devem estar especialmente possuídas pelos valores, que S. Eminência chama modernos:

a) *a nova concepção do espaço,* todo orientado para a assembleia, reunida à volta do altar. Sem dúvida nenhuma que o centro de interesse para que deve estar orientada uma igreja, é a própria assembleia. Mas como ela se reune ali «primeiramente e antes de tudo para celebrar a renovação do Sacrifício Redentor de Cristo» (6), o centro da assembleia é o altar; e assim, toda a estrutura do templo, orientada para a assembleia reunida em volta do altar, deve estar orientada para o próprio altar, que é «o coração da Igreja. Esta

(4) S. E. O Card. Cerejeira na Pastoral sobre arte sacra de Maio de 1953, insiste na diferença fundamental existente entre templo católico e nao católico. Ao falar sobre o que é uma Igreja, diz que «é mais, infinitamente mais do que casa de oração e de reunião, como as Igrejas protestantes», Lumen 1953 p. 298 ss.

(5) Card. Cerejeira, Past. cit.

(6) Directivas do Episcopado alemão para a construção de Igrejas. N. Olivarum, Janeiro de 1955, pág. 1.



«Não foram modernas em seu tempo, as obras consagradas do passado»?
Card. Cerejeira

(N.ª Sr.ª da Conceição: Museu de Arte Antiga — Lisboa).

nasce dele e em função dele; tudo deve derivar do altar e convergir para o altar» (5), «fazendo dele realmente o centro vital da Igreja». E assim a igreja, orientada para um único altar, é verdadeiramente um sinal da unidade do corpo-Místico. «Cada Igreja significa e realiza a unidade do povo católico. Um só Cristo, um só altar, um só rebanho, um só pastor. No altar, renova-se e perpetua-se o sacrifício da Redenção... todos os que comungamos o corpo de Cristo, fazemos um só com Ele» (5).

b) Outro valor novo é a simplicidade, fruto daquela beleza que resulta

do esplendor da verdade. «Simplicidade não é equivalente de pobreza, de nudez, de carência» (5). É-o sim de sobriedade e austeridade.

Muitas são, pois, as exigências de um templo, e são tantas mais, quantas as múltiplas finalidades a que ele se destina: orientando-se primàriamente para a celebração da Eucaristia, ele é também o lugar onde se recebem os frutos do Sacrifício Redentor de Cristo, nos sacramentos. É nele que a comunidade se reúne para ouvir a palavra de Deus, ou para prestar o seu culto de adoração a Cristo presente na Eucaristia. E se a Igreja é a casa do Pai, o «Palácio Real de Deus» para os seus filhos todos reunidos, é-o também para cada um em particular, poder, encontrar-se a sós com Deus. E esta multiplicidade de exigências e de valores, que devem ser realizados e concretizados pela arte — «É a missão do construtor da Igreja encontrar uma solução que satisfaça aos diferentes fins e aplicações da casa de Deus, de uma maneira quanto possível perfeita» (6) — fazem ressaltar bem a grande dignidade da Igreja, como casa de Deus, para reunião do Cristo Místico, que nela se forma e se desenvolve, e «onde se antecipa a união escatológica de Deus com o seu povo» (6).

B) Depois de considerada a grande dignidade do templo cristão, compreende-se agora toda a profundidade daquele princípio genérico dado pelo código, mandando afastar da Igreja tudo o que desdiga da santidade do lugar (2). Como diz a S. Congregação do S. Ofício, «é função e dever da arte sacra, em virtude do seu próprio nome, contribuir muito para a beleza da casa de Deus e fomentar a fé e a piedade dos que se reúnem no templo para assistir aos divinos Ofícios e implorar os dons celestes» (7). S. Pio X diz: «No templo não deve portanto encontrar-se coisa nenhuma que perturbe ou diminua sequer a piedade e a devoção dos fiéis, coisa nenhuma que dê motivo razoável de estranheza ou escândalo, coisa nenhuma sobretudo que... seja indigna da casa de oração e da majestade de Deus» (8). E já o Concílio de Trento determinara: «Por fim seja tão grande a diligência e cuidado dos Bispos a este respeito, que não apareça nada desordenado ou disposto confusa e tumultuàriamente, nem nada profano ou indecoroso, já que a santidade convém à casa de Deus» (9). E S. Eminência na já citada Pastoral, comentando aliás o referido documento da Santa Sé, acrescenta: «Numa Igreja tudo deve rezar e cantar, numa voz única. Não é ela a imagem da celeste Jerusalém, e as suas pedras a imagem dos fiéis? Pedras vivas, fazendo um só edifício com Cristo, a pedra fundamental». E mais adiante: ...«mas numa Igreja católica, em que palpita o coração de Cristo, tudo deve confessar a presença de Deus, tudo deve afirmar a vitória da Fé, tudo deve cantar a Esperança cristã» (5).

C) A arte ao Serviço da Liturgia.

Toda esta exigência de dignidade da igreja como casa de Deus, se resume num único princípio: que a arte, se ponha, como serva humilde e dedi-

(7) Instrução aos Ordinários do Lugar sobre arte sacra, Cong. do S. Ofício, 30/6/952 em Lumen, Agosto 1952, pág. 496 ss.

(8) Motu Proprio» «Tra le solecitudini, 22 Nov. 1903. Acta Pii X, vol. 7, p. 75. cit. em Lumen 1952 p. 496.

(9) Sess. XXV. Ver sobre o mesmo assunto a Provisão do Sr. Bispo da Guarda, 21/XI/1953 — em Lumen 1953 p. 731.

cada, inteiramente ao serviço da Liturgia. S. S. Pio XII na encíclica *Mediator Dei*, diz expressamente: «...assim, sucederá felizmente que as artes humanas, como que vindas do céu, brilhem de luz serena, promovam sumamente a civilização humana e contribuam para a glória de Deus e para a santificação das almas. Pois que as artes então, deveras são conformes à religião, quando servem «como nobilíssimas servas, ao culto Divino» (10).

E S. Eminência, ao referir-se à necessidade que há de a arte ser compreensível para o povo, diz: «o cristão não vai à Igreja para gozos de arte; vai para rezar, para chorar talvez, também para cantar. A arte aqui é serva do culto» (5). E mais à frente: «Disse atrás, a arte sacra deve tornar-se inteligível à comunidade cristã. Mais, deve ajudar à sua vida Litúrgica». E assim, quando na Igreja tudo for submetido às condições vitais da comunidade cristã, teremos então templos, verdadeiras casas de Deus onde os homens se sentem bem, porque tudo neles está impregnado da visão da fé e da esperança.

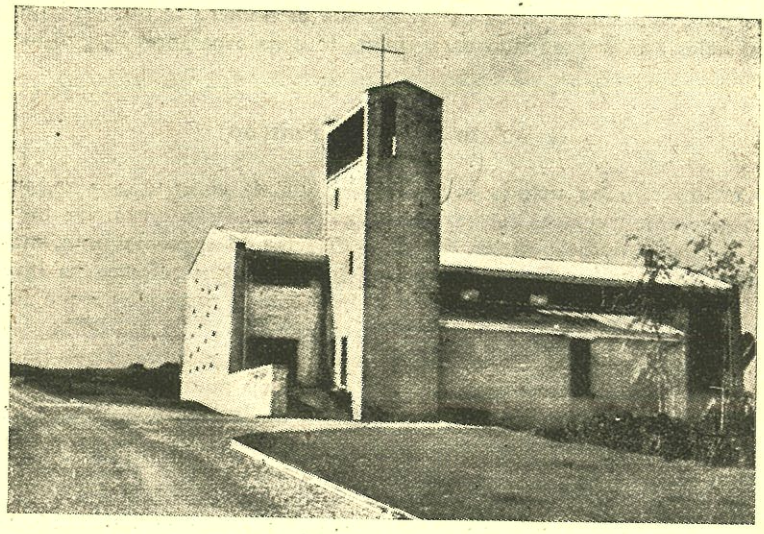
II — Arte Sacra e Tradição

O citado c. 1164 manda como vimos, que na construção e restauração das Igrejas se conservem as formas recebidas pela tradição cristã. De facto, na Igreja, o recurso à tradição nunca reveste o carácter de arqueologismo, mas sim de continuidade vital entre o passado e o presente. Uma reforma na Igreja, é sempre uma actualização, mas nunca um corte com o passado, porque nela os valores essenciais, são permanentes e ultra-temporais.

Que significa este respeitar e conservar as formas consagradas pela tradição? Tratar-se-á de uma rejeição formal de tudo o que seja moderno? Nunca foi esse o pensar da Igreja, apesar das palavras austeras da Instrução do Santo Ofício: «ainda recentemente a Sé apostólica reprovou as formas extravagantes de arte sacra. Nem se deve dar valor a que alguns objectem que a arte sacra se tem de adaptar às exigências e condições dos tempos novos. Porque a arte sacra, nascida com a sociedade cristã, tem fins próprios, de que nunca pode afastar-se, e missão própria, a que nunca pode faltar». E mais severas ainda parecem ser as palavras de Pio XI, citadas no mesmo documento da Sagrada Congregação: «Já dissemos outras vezes a homens de arte e a sagrados Pastores: a nossa esperança, o nosso ardente desejo, a nossa vontade, só pode ser que se obedeça à lei canónica, claramente formulada e sancionada também no Código de Direito Canónico, isto é: que tal arte não seja admitida nas nossas Igrejas e menos ainda seja chamada a construi-las, a transformá-las e a decorá-las; mas abramos todas as portas e demos as boas-vindas mais sinceras a todo o recto e progressivo desenvolvimento das boas e venerandas tradições, que, em tantos séculos de vida cristã, em tanta diversidade de ambientes e de condições sociais e étnicas, deram tão grande prova de inexaurível capacidade para inspirar novas e belas formas, sempre que foram interrogadas, ou estudadas e cultivadas, à dupla luz do génio e da fé» (7). Representará isto a rejeição pela Igreja, dos valores da arte Nova? Ou não quererá o Santo Padre referir-se aos abusos da pseudo-arte, que por vezes se arma em construtora de templos, ou

(10) Mediator Dei, n.º 163, Edição da Junta Central da Acção Católica Portuguesa.

entra neles para os adornar e decorar? Vejamos: S. Santidade Pio XII, na já citada Encíclica «Mediator Dei» diz: «Não se devem desprezar e repudiar genèricamente e de «*parti pris*» as formas e imagens modernas, mais adaptadas aos novos materiais com que hoje são confeccionadas, mas, evitando com sábio equilíbrio, duma parte o excessivo realismo, doutra o simbolismo exagerado, e tendo em conta as exigências da comunidade cristã, mais que o critério e o gosto pessoal dos artistas; é absolutamente necessário dar livre campo também à arte moderna, desde o momento que sirva com a devida reverência e honra aos templos e funções sagradas; de modo que também ela possa unir a sua voz ao admirável cântico de glória que o génio humano cantou, nos séculos passados, à fé católica» (11). Não se trata pois de saber se as Igrejas se



É preciso que a arte moderna possa também unir a sua voz ao admirável cântico de glória que o génio humano cantou, nos séculos passados, à fé católica.

devem fazer à antiga ou à moderna. Muito bem pergunta S. Eminência: «Igreja Nova Igreja velha? Se é obra viva de arte, há-de ter necessàriamente de uma e outra coisa. Do velho, as raízes vivas de uma tradição, que significa experiência adquirida, hábitos consagrados, sentimentos veneráveis, leis permanentes, princípios estabelecidos. Do novo, tudo o que exige a expressão mais verdadeira, mais pura, mais bela, do espírito da época, do local de implantação, do material empregado, da técnica seguida». Mais à frente, referindo-se ao documento do S.to Ofício, S. Eminência diz claramente que ele não exclui a arte moderna: «Quer a Instrução do Santo Ofício, relembrando um preceito do Código de Direito Canónico, que «na edificação e reparação das Igrejas se guardem as formas consagradas pela tradição cristã e as leis da arte

(11) Mediator Dei, N.os 160.161, ed. cit.

sacra». Isto porém, não exclui o estilo novo; visa a garantir aquilo que nas Igrejas resulta do dogma, do culto, do carácter, da função. Não tolhe a evolução, defende os valores autênticos de toda e qualquer Igreja. Numa palavra, assegura a funcionalidade.» (5) E S. Eminência, interpretando o pensamento da instrução, diz claramente: «Pensaria mal quem pensasse: a instrução sobre arte sacra decreta a morte da arte Nova, da arte viva. A Instrução não quer ser uma lição de arte, pretende apenas definir certos limites impostos pela natureza das Igrejas, o que ela chama a «tradição eclesiástica». Nunca a Igreja oficializou um estilo como seu. Este nasce do ambiente cultural, da técnica e do material: é-lhe estranho. Não só ela não condena o moderno, mas o acolheu em todos os tempos. Pois não foram modernas em seu tempo as obras consagradas do passado? (5).

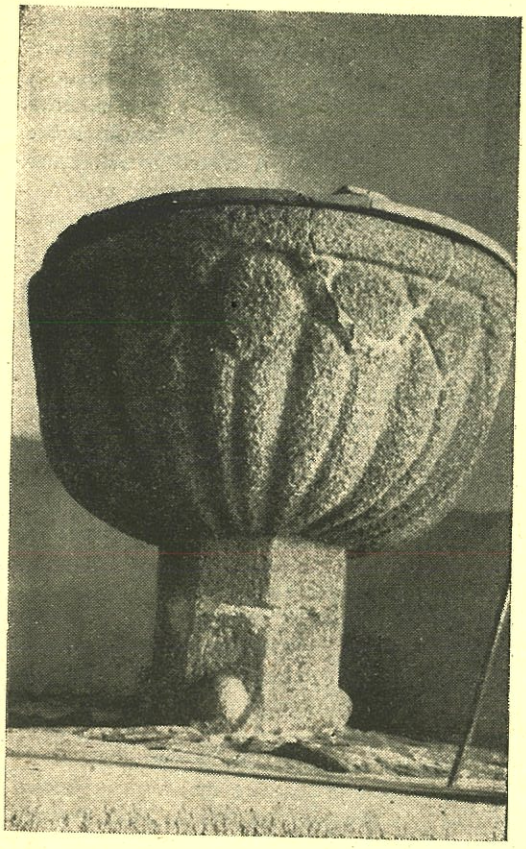
Vemos pois que a exigência de respeitar a tradição não significa a regeição da arte actual. É sim, procurar embeber os estilos de hoje, da profunda e tradicional espiritualidade da Igreja. «A arte sacra fundada sobre a tradição, deve a si própria, mais que qualquer outra, ser arte viva. Nenhuma forma de arte tem a exprimir coisas mais sublimes. Com a humildade, é certo, dos que não se ouvem a si próprios.

Na Igreja a arte fala, para que seja ouvida outra vez, a grande voz da alma cristã.» (5)

Como vemos, a Santa Igreja recebe de braços abertos a arte moderna, embora com a prudência e coerência, que lhe vêm da sua experiência multisecular. As Igrejas são algo de importante demais, para serem alvo dos erros e insconstâncias de quem tenta os primeiros vôos de um progresso. O Senhor Patriarca di-lo claramente: «Temos de confessar, acompanham mais vivamente o progresso, ou... a evolução da arte, os edifícios profanos. Assegura a maior estabilidade da expressão das igrejas o seu carácter sagrado. Não se lhes deve tocar senão de mãos erguidas, com respeito. As igrejas prestam-se mal a experiências temerárias: as suas pedras foram beijadas por gerações sucessivas. Não são pedras mortas, mas vivas» (5).

A arte moderna, assim aceite ao serviço da Liturgia, deve ter sempre a preocupação de ser uma linguagem compreensiva pelo povo, para o qual se destina. «Não deve esquecer-se por fim, que são para o público cristão as igrejas novas, e não para um pequeno grupo hermético de artistas. Poderiam estes ter razão, antecipando-se ao tempo; mas as igrejas novas estariam funcionalmente erradas se o povo as não pudesse compreender.» (5)

Mas para que a arte seja assim uma expressão da vitalidade da comunidade, para serviço dela mesma, é necessário que o artista se identifique com ela, deixando de ser um elemento individual, para ser a voz da cristandade. A «Mediator Dei» di-lo claramente: «numa Igreja o artista deve ter mais em conta as exigências da comunidade cristã, que o seu juízo e gosto pessoal». Mas para isso é necessária a educação dos artistas. É preciso que seja a própria Igreja a educar e formar artistas, para que eles incarnem o seu próprio espírito. Pio XII recomenda aos Bispos de todo o mundo: «Atende-vos às normas e decretos Pontifícios, cuidai diligentemente, Veneráveis Irmãos, de iluminar e dirigir o espírito e a alma dos artistas aos quais se venha a confiar agora a missão de restaurar e reconstruir tantas igrejas arruinadas ou destruídas pela violência da guerra; assim eles possam e queiram, inspirando-se na religião,



Tudo na Igreja deve ser belo, porque tudo na Igreja deve ajudar a excitar a fé e a piedade.

(Baptistério de Azinhoso — Mogadouro)

encontrar os motivos mais dignos e adaptados às exigências do culto...» (12).

A Igreja não condena pois o moderno que seja arte. O que ela condena, é o pseudo-moderno, que não é arte. «Há um prejuízo que mata a arte Nova, o prejuízo da novidade. Consiste no gosto da novidade pela novidade... É este o prejuízo de muitos contemporâneos. Provém do vazio interior, da incapacidade de julgar e contemplar a obra de arte naquilo que a constitui, da ausência de cultura sólida. Tomam as tendências por valores, a moda artística por arte viva, a extravagância por originalidade» (5) — claro que isto pode ser moderno, mas não é arte.» Novo, moderno, hão-de ser coisa viva e vital, linguagem sincera como a própria voz, dom humilde e generoso do artista, na obra realizada.» Como vemos, a própria Legislação eclesiástica nos avisa que é preciso distinguir entre o moderno que é arte, e o que não é arte, para que não haja o perigo de condenar o primeiro em nome do segundo.

---

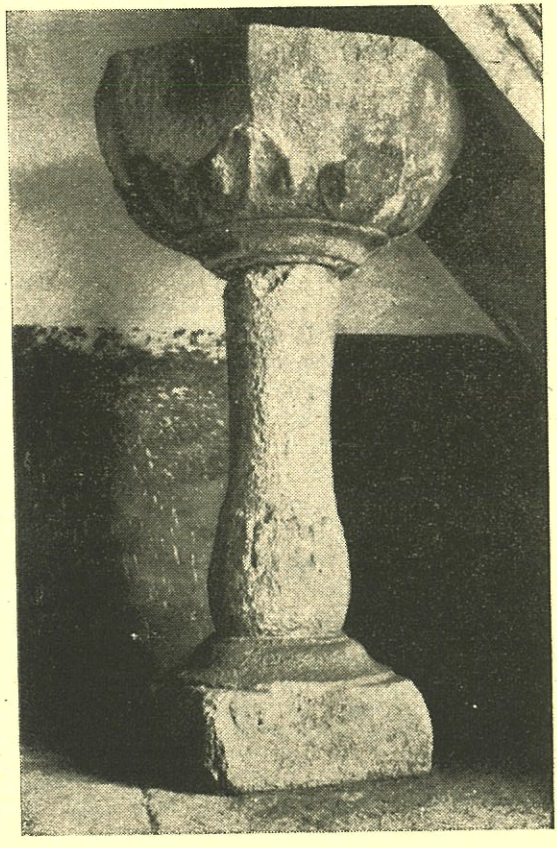
(12) Mediator Dei, N.º 163 ed. cit.

III — O caso especial da arquitectura

A Legislação eclesiástica, embora se refira à arte sacra em geral, considera de um modo especial e à parte, o caso da arquitectura sacra.

De facto, o c. 1164, referindo-se à construção e restauração das Igrejas, refere-se directamente à arquitectura. O mesmo se diga da «Mediator Dei», ao falar da «missão de restaurar e reconstruir tantas igrejas arruinadas ou destruídas pela violência da guerra». Do mesmo modo a instrução do Santo Ofício, se refere específica e particularmente à arquitectura.

Uma das primeiras exigências da legislação eclesiástica em relação à arquitectura sacra, é a de que se distinga da arquitectura profana. Na Instrução do S. Ofício diz-se: «A arquitectura sagrada, se bem que tome formas novas, não pode de maneira nenhuma assemelhar-se aos edifícios profanos, mas deve desempenhar sempre o seu papel, como compete a casa de Deus e a casa de oração» (7). E nas normas do Episcopado alemão lê-se: «Seria errado adaptar de tal maneira a construção exterior da casa de Deus — nas suas proporções e linhas, na sua estrutura e decoração — às construções profanas do tempo e



Pia de água benta — Vilar-do-Monte — Macedo de Cavaleiros.

do ambiente, que desse a impressão de um edifício profano» (6). Portanto, apesar de moderna, a igreja deve, pelo seu exterior, distinguir-se do meio ambiente. Mas, adverte o documento alemão, «seria igualmente um erro recorrer a uma gritante linguagem de formas a fim de atrair a atenção dos transeuntes para a igreja que encontram no caminho. O nosso empenho deveria ser, sim, proclamar pelo exterior da Igreja, dum modo tão digno, como persuasivo, a transcendência, a sobrenaturalidade, a Divindade do que se passa no seu interior; e não obstante, enquadrar de forma harmoniosa a casa de Deus no meio ambiente» (6). Parece pois, que se há conveniência em que a igreja se distinga dos outros edifícios, há igual conveniência em que ela se enquadre no meio ambiente. Mas para isso é preciso escolher o ambiente; não se faz uma igreja em qualquer parte. Diz o mesmo documento: «Não seria acertado erguer sem necessidade a casa de Deus numa barulhenta rua comercial — por muito que a humanidade, mergulhada nas preocupações terrestres, necessite que o Deus eterno lhe seja enèrgicamente apontado» (13).

Como vemos, as determinações da Igreja, estão a par das mais modernas exigências da arte. Até mesmo aquela ideia, entre nós ainda nova e por espalhar, de associar a construção arquitectónica da igreja à dos outros edifícios pertencentes ao serviço da comunidade paroquial, formando um mesmo conjunto arquitectónico e artístico, se encontra já apoiada pela autoridade da hierarquia: o Episcopado alemão determina: «Seria errado erguer em locais separados, sem motivo grave, a igreja e a escola, o hospital da comuna e o secretariado da caridade, o lar da paróquia e a biblioteca Paroquial, a residência do pároco e a do sacristão. O ideal a atingir seria a união espacial de todas estas instalações num conjunto orgânico, a «domus ecclesiae» a fim de se tornarem visíveis, também exteriormente, as íntimas relações entre a igreja e o sacerdote, entre a eucaristia e a caridade, entre os sacramentos e a educação» (14).

Outra exigência que é pedida à arquitectura sacra, é que faça igrejas onde o aspecto artístico não prejudique o funcional. De facto, a igreja tem uma função, e deve ser obra de arte. O ideal será tornar artístico o que é funcional, e não ir muito além deste na concepção artística. Ouçamos Sua Eminência: «Uma igreja tem de obedecer a leis que derivam da doutrina revelada e duma recta ascética. Nem casa utilitária, onde não há lugar para vôo de poesia, para contemplação de fé, para comunhão mística de amor; nem museu, para ostentação morta de obras de arte ou exposição de ensaios arrojados de vanguardismo» (5). E mais à frente diz que «a mais bela arquitectura é aquela que realiza a sua função com mais sinceridade, com mais unidade, com mais simplicidade.» A Igreja deve pois ser bela, e toda ao serviço da Liturgia. «Se a Igreja deve ser litùrgicamente funcional, ela deve ser também uma igreja bela. Ela é a casa de Deus e porta do Céu», resumiu maravilhosamente o Cardeal Lercaro na conferência já citada. Este carácter funcional deve ser tal, que a instrução do S.to

(13) S. Eminência o Cardeal Lercaro, na conferência proferida em Lisboa, sobre o problema das Igrejas Novas disse claramente que a igreja tem de se integrar dentro do conjunto das habitações do bairro, para facilitar um encontro completo dos espíritos. A Igreja é casa de Deus, mas é também casa dos homens, e dos homens de um determinado bairro.

(14) S. Eminência o Card Lercaro, na conferência citada, falou expressamente da necessidade da formação desse conjunto paroquial, mesmo sob o ponto de vista arquitectónico.

Ofício chega a dizer: «Na construção dos templos atenda-se à comodidade dos fiéis, de maneira que possam participar dos divinos ofícios com melhor visão e disposição de espírito.»

IV — Recheio e ornamentação da Igreja

Mas não é só o templo que deve ser artístico. Tudo nele deve ser belo e ordenado para o louvor de Deus (15). É uma dor de alma, ver templos que são verdadeiras maravilhas da arte e da fé, ocupados por imagens que não são fruto, nem da Fé nem da arte. A Santa Sé refere-se expressamente ao problema: «Mas pela consciência do nosso dever, não podemos deixar de deplorar e reprovar as imagens e representações recentemente introduzidas por alguns, pois parecem deformações da arte sã, opõem-se às vezes ao decoro, modéstia e piedade cristãs, e ofendem lamentàvelmente o sentimento verdadeiramente religioso; estas devem ser banidas dos nossos templos, como «em geral tudo quanto se opõe à santidade do lugar» (7). E mais à frente diz aos Ordinários «que proibam severamente que se exponha à veneração dos fiéis, sem ordem nem gosto, ou nos próprios altares ou nas paredes contíguas às capelas, uma profusão de estátuas e imagens de pouco valor, tantas vezes feitas em série».

O que por aí se vê, em toda essa profusão de imagens, que em vez de serem arte, são uma indústria, não se trata duma condescendência da Igreja, mas duma condescendência nossa em ir contra as determinações da Igreja.

V — O Bispo, única autoridade em questões de arte

Como vimos, o c. 1164 constitui como autoridade única em questões de arte, o Ordinário do lugar. O mesmo se verifica no c. 1279: «A ninguém seja permitido nas igrejas mesmo isentas, e noutros lugares sagrados, colocar ou mandar colocar qualquer imagem insólita, sem ser aprovada pelo Ordinário do Lugar». E o c. 1162 determina que «nenhuma igreja será edificada, sem o consentimento expresso do Ordinário do Lugar...»

Esta autoridade do Bispo, toma hoje um novo interesse, sobretudo nas dioceses em que existe o problema da construção de muitas igrejas novas, como é o nosso caso. Está-se a chegar à conclusão que o problema da construção dessas Igrejas não pode ser deixado à iniciativa individual de particulares, mas deve obedecer a um plano de conjunto, dependendo de uma autoridade central, — o Bispo juntamente com as pessoas competentes de que ele se rodear (16).

VI — Os colaboradores do Bispo em matéria de arte

O mesmo c. 1164, aconselha os Ordinários, a que no exercício das suas funções como responsáveis da arte na sua diocese, recorram ao conselho dos peritos no assunto. É para isso que existem as comissões diocesanas de arte sa-

(15) Cf. c. 1178 e 485.
(16) S. Eminência o Cardeal Lercaro, na conf. cit. referiu expressamente esta maneira de encarar o problema.

cra. A sagrada congregação adverte-os das qualidades de que devem estar possuídos os membros dessa comissão, para que lhe possam ser verdadeiramente úteis: «Para que os Ordinários do Lugar possam mais seguramente pedir e receber, da comissão diocesana de Arte-Sacra, conselhos que em nada se afastem das prescrições da Sé Apostólica e do fim da mesma Arte-Sacra, procurem reunir nessa comissão homens, que sejam não só peritos na arte, mas que adiram firmemente à fé Cristã, vivam vida de piedade e sigam de boamente as normas estabelecidas pela autoridade eclesiástica» (7). As qualidades exigidas aos membros das comissões de arte sacra estão aqui bem patentes:

1) — Peritos em assuntos de arte.
2) — Segurança de Fé e de vida de Piedade.
3) — Submissão à autoridade Eclesiástica.

A Santa Sé liga tal importância às funções dos membros destas comissões que determina: «Se faltarem peritos nas comissões diocesanas, se surgirem dúvidas ou controvérsias, consultem os Ordinários de Lugar as comissões metropolitanas ou a romana de Arte Sacra» (7).

★

Como vemos, é uma das grandes preocupações da Santa Igreja, o desenvolvimento das obras de arte, intrìnsecamente ligadas à sua vida de Piedade Oficial: a Liturgia. E se não bastasse tudo o que ficou dito para mostrar essa solicitude, vejamos ainda o interesse que ela tem em que os candidatos ao sacerdócio, sejam embebidos por esse gosto artístico:

«Finalmente, deve-se procurar que, de modo adaptado às inteligências e idades, os aspirantes às sagradas ordens sejam, nas aulas de Filosofia e Teologia, instruídos na arte sacra e no gosto artístico da mesma por professores que respeitem os costumes e instituições dos antigos e obedeçam às prescrições da Santa Sé» (7).

J. POLCICARPO

PANORAMA

A IGREJA CATÓLICA NA NORUEGA

A Igreja na história do país

Remonta a presença da Igreja em território norueguês aos alvores do ano mil. Foi em auspiciosa hora empreendida a obra da missionação na Noruega cuja evangelização mereceu ser selada com o martírio do próprio rei, S.º Olavo, vítima da facção norueguesa contrária ao seu ideal, fervoroso mas violento, de cristianização do país. Magnus, seu filho, virá a realizar o seu sonho: «White-Krist» (o Cristo Luminoso) vence a Tor, deus pagão. A Noruega torna-se país cristão e civilizado e, unido aos outros países da cristandade europeia, estará com eles presente nas Cruzadas e na luta contra o Islão.

Em 1537 a Reforma atinge a Noruega. Uma antiga crónica norueguesa, referindo-se à Reforma, diz: «Tristia fuere prima reformationis tempora» — foram aflitivos os primeiros tempos da Reforma. A história dá-nos o sentido de tal afirmação: não foi espontâneamente mas por imposição estrangeira que a Reforma se introduziu no país de S.º Olavo. Ela constituiu um dos planos de sujeição postos em prática pelo rei da Dinamarca que, na extensão à Noruega das novas ideias religiosas do seu país, pretendia consolidar o seu poder político no país dominado.

O aspecto de imposição de que a Reforma se revestiu na nação norueguesa faz-nos pensar numa consequente frustração da política religiosa que a estruturou. A história, porém, mostra-nos o contrário. Mercê de uma hábil política reformadora, o rei, depois de ter confiscado os bens eclesiásticos e ter reconhecido personalidade jurídica à nova igreja, conseguiu fazer aceitar pela população o credo luterano. O isolamento em que a Noruega se manteve durante os três séculos seguintes (autêntica noite de três séculos, como lhe chamam os historiadores noruegueses) consumou a obra do rei reformador, colocando a Noruega num estado de total hermetismo religioso (1) (como aliás, político e cultural), a ponto de ser vedada sob pena de morte a estadia em terra norue-

(1) Exemplo bastante significativo deste hermetismo religioso é a persuasão que uns padres jesuítas encontraram em gente norueguesa nos meados do século XVII, ao tentarem pôr pé em terras da Noruega, de que a Reforma tinha sido um fenómeno absolutamente universal.

guesa dum padre católico (lei que só em meados do séc. XIX deixou de ser teòricamente aplicável) e de ser considerada a conversão ao catolicismo como uma desintegração da unidade nacional, ficando os convertidos sujeitos ao exílio ou a um catolicismo clandestino.

Foi assim possível criar uma profunda tradição luterana que, juntamente com o movimento pietista dos princípios do século XIX, levou a constituição de 1814, data que marca a separação da Dinamarca e a união à Suécia, a consagrar o luteranismo como religião oficial do estado, religião estatal portanto, e como tal estritamente dependente das esferas estatais (2).

Em meados do século XIX, inicia-se, com a subida ao trono do marechal francês, Bernadotte, uma política de tolerância religiosa. A vinda ocasional a Cristiânia, depois Oslo, sob permissão do rei, de um padre católico residente em Estocolmo, permitindo verificar este a existência na capital norueguesa de umas seis dezenas de católicos, todos estrangeiros, fá-lo pensar na criação duma paróquia, o que realmente consegue, depois do assentimento do rei e do seu superior eclesiástico. A esta outras paróquias se seguem e a Propaganda Fide, aproveitando a brecha, dá-se à tarefa da organização eclesiástica na Noruega, num esforço que, se primou pela abnegação dos que nele participaram, não deixou de pecar pela indescriminação dos métodos utilizados. Entretanto, em 1869, a Noruega torna-se prefeitura apostólica. Só sessenta e dois anos mais tarde, em 1931, foi possível criar duas novas circunscrições eclesiásticas, os distritos «sui juris» de Trondheim e Tromsöm que juntamente com a prefeitura de Oslo, elevada na mesma ocasião a vicariato, ocupam respectivamente o norte, o centro e o sul do país. Finalmente, em 1953, os distritos de Trondheim e Tromsöm, depois de elevados anteriormente a perfeituras apostólicas, tornam-se vicariatos e o vicariato de Oslo torna-se diocese. São estes ainda hoje os quadros eclesiásticos da Igreja na Noruega.

A Igreja Católica na hora actual

A resenha histórica anterior permite compreender o que há de específico na situação actual da Igreja Católica na Noruega, aliás como nos outros países escandinavos. Dada a destruição total da tradição católica no seu país, os católicos noruegueses viram-se obrigados a recomeçar do zero e empenham-se agora em lançar com solidez e vigor os fundamentos da reimplantação do catolicismo, mediante um esforço ainda fraco mas persistente de penetração socio-cultural das estruturas norueguesas, tarefa nada fácil se atendermos à resistência óbvia da tradição luterana e às exigências sociais e culturais do povo norueguês.

Para tamanha tarefa dispõe a Igreja Católica dum total de seis mil católicos (o equivalente a 0,2% da população) distribuídos por vinte e quatro paróquias (dezassete em Oslo, três em Trondheim e quatro em Tromsöm), assistidas por quarenta e nove padres, dos quais só treze são noruegueses. A governar todo este conjunto eclesiástico, encontram-se três bispos, um luxemburguês (Oslo) e dois alemães (Trondheim e Tromsöm).

(2) Hoje ainda, a profissão pública e individual de um credo não luterano precisa de ser reconhecida oficialmente pelo Governo.

Se confrontarmos num quadro estatístico a posição da Igreja Católica com a das outras minorias religiosas, como sejam os pentecostistas (trinta mil), os metodistas (onze mil e quinhentos) ou os baptistas (nove mil), ou com a da religião oficial que atinge 96% da população, poderemos ficar com a impressão de que a Igreja Católica pouco ou nada conta no panorama religioso da Noruega. Ora tal não se verifica já porque a percentagem de luteranos é fictícia (não serão mais de 6 % os praticantes e convictos, o que reduz sensìvelmente a diferença anterior), já porque nas décadas passadas, sobretudo nos últimos anos, a Igreja Católica se tem imposto numa linha de prestígio, graças à acção cultural e social dos católicos noruegueses e também à abertura realizada ùltimamente pela Noruega em relação à Europa, que lhe tem mostrado um catolicismo pujante na envergadura dos seus chefes, na unidade das suas instituições, no vigor das suas manifestações culturais. A literatura católica estrangeira tem sido especialmente importante como veículo de influência católica junto do público leitor norueguês. Mauriac, Graham Greene, Evelyn Waugh, Bermanos, T. S. Eliot são lidos com interesse e até traduzidos por editoras não católicas. Milhares de noruegueses leram já livros de Franz Werfel, A. J. Caronim, Bruce Marshall, H. M. Robinson.

Irradiação social do catolicismo norueguês

Se o contacto com o exterior tem sido importante, não menos o tem sido o trabalho positivo dos católicos noruegueses que, apesar das dificuldades com que vão arrostando, desenvolvem uma larga acção social, mantendo vinte e oito instituições caritativas, de entre as quais vinte e quatro hospitais e clínicas, e numerosas escolas primárias, especialmente oportunas pelo facto de as escolas oficiais serem confessionais. Ligadas a estas instituições de ensino e assistência encontram-se cerca de quinhentas religiosas. No que respeita ao ensino secundário, médio e superior, dada a insuficiência de recursos, tenta-se suprir a impossibilidade de se criarem estabelecimentos de ensino criando-se lares estudantis, organizando-se cursos de formação e fins de semana para estudantes, etc. Exemplos dos esforços empregados neste sentido são a «Associação da Juventude Católica» (organismo de sessões de formação), a «Associação de S.º Olavo» (conferências e cursos por correspondência), o «Katolsk Forum» (conferências organizadas e seguidas, dos Padres Dominicanos) e outras instituições.

Entretanto, as crises sucessivas e graves que atravessa a Igreja Luterana, causando uma grande confusão no mundo protestante, fazem respeitar e mesmo procurar uma Igreja doutrinalmente mais bem fundada. Além disso, a oposição entre uma elite cultural ateia ou ultra-liberal e um protestantismo pietista fechado aos valores culturais leva um certo número de pessoas cultas à procura de um autêntico humanismo cristão.

Mercê, pois, do prestígio internacional da Igreja Católica, do progresso lento mas contínuo da mesma Igreja no seio da Noruega e ainda das próprias vicissitudes religiosas e culturais do povo norueguês, a Igreja Católica conseguiu não só derrubar muitos dos preconceitos tidos contra ela mas também ganhar uma posição de relevo na opinião pública norueguesa, como o mostra a aceitação em que é tida na grande imprensa, que recebe contribuições cató-

licas, e na rádio, inclusive na própria emissora do Estado a cujos microfones são proferidas por vezes conferências católicas. Nos meios mais distintos como nos populares, nos cenáculos literários como nos hebdomadários de larga tiragem, até mesmo nos «écrans» do cinemascope, o catolicismo, nos seus múltiplos aspectos, está na ordem do dia.

Por enquanto, a influência católica não vai muito além disto. Ela não é ainda suficientemente forte nem extensa para pôr aos noruegueses o problema da conversão. As comunidades católicas representam pequenas ilhotas na massa luterana mais homogénea e compacta que existe no mundo. Na Suécia, na Noruega, na Finlândia, a maior parte das pessoas passam do berço ao túmulo sem jamais se terem encontrado com um único católico, para não dizer um padre católico, e sem jamais terem aberto uma única publicação católica. Em tais condições é difícil criarem-se possibilidades de conversão. E quando se pensa nela, a alternativa põe-se entre a religião tradicional e um movimento de renovação religiosa de tipo anglo-saxónio. Mas esta mesmo não é muito frequente. É que duma maneira geral o norueguês é luterano pelo mesmo motivo que o português é católico: a sua fé é a fé dos seus pais. Compreende-se assim que a maior parte das poucas conversões ao catolicismo (cinquenta a sessenta por ano) seja proveniente da zona descristianizada. A magreza do número de conversões é por vezes felizmente compensada com o alto valor de alguns convertidos. Basta citar a propósito o nome de Sigrid-Undset (1889-1949) Prémio Nobel de Literatura.

Apesar do pouco que há, as perspectivas são, como vimos, animadoras. As dificuldades, porém, existentes não permitem um optimismo exagerado. A penúria de vocações religiosas e sacerdotais norueguesas, o número muito elevado de casamentos mistos dificultadores da continuidade de educação católica da criança e responsáveis muitas vezes da falta de acesso do jovem a uma prática religiosa adulta, a concepção corrente duma vida matrimonial fácil prevendo o divórcio e o rematrimónio, opondo-se portanto à concepção católica, as condições de isolamento em que se encontram muitos católicos, insuficientes, muitas vezes para poderem conseguirem um substracto mínimo de vida comunitária requerida por uma vida paroquial, eis algumas das principais dificuldades do catolicismo na Noruega.

Com base nas condições sociológicas do país e frente às dificuldades referidas, os católicos noruegueses tentam encontrar uma metodologia própria de apostolado e de organização da vida cristã. Interessantes iniciativas se têm feito neste sentido. Cito apenas, a título de exemplo, a utilização, anunciada este ano pelo Centro Católico de Informação, de bandas magnéticas e filmes para os católicos isolados.

A catolicidade e a Igreja Católica na Noruega

Referi-me à acção da Igreja Católica na Noruega. Mas que dizer dos católicos noruegueses frente à Igreja a que pertencem? O P.e Rieber-Mohn, num artigo inserto em «Parole et Mission» diz a propósito: «A psicologia do católico norueguês encerra um paradoxo: no seus país pertence a uma pequena seita à qual ainda se liga pouca atenção, a uma escala europeia e mundial pertence

à principal Igreja cristã. A Igreja visível é para ele invisível. O povo católico, que ele teve uma vez ou outra oportunidade de ver com os seus olhos num Katholikentag alemão, em Lurdes ou em Roma, é sobretudo para ele um objecto de fé, se a fé se pode definir como a certeza do que se não vê. Esta situação parodoxal cria nele uma necessidade premente duma solidariedade com esta Igreja universal».

É reduzida a importância do mundo escandinavo nas preocupações da Igreja. E no entanto ele é o testemunho actual mais doloroso da ferida produzida pela Reforma na Igreja. Na sua notável obra «Catholicisme» o Padre de Lubac emprega a propósito da catolicidade da Igreja o termo do salmo «circundata varietate». O citado P.e Mohn acrescenta: «Eis aí toda a poesia da fé: os destinos diversos das nações e o génio diferente dos povos são como que uma coroa na fronte da Igreja. É sua nobre missão nestes países servir a Cristo que é «tudo em todos» e reconduzir à sua unidade esta jóia que é a alma escandinava».

M. C.

BIBLIOGRAFIA

Colecção Patrística

Parece chegada finalmente a hora de o público português poder entrar em contacto, na sua própria língua, com os escritos dos Padres da Igreja. A iniciativa partiu das Edições Paulistas que tanto e de tantos modos têm lutado pela causa da boa imprensa e por tal iniciativa merecem ser sinceramente aplaudidas.

Não queremos insistir de novo sobre o valor dos Textos Patrísticos: o Director de «Novellae Olivarum» no seu artigo *Introdução à leitura dos Padres da Igreja* já se referiu a alguns pontos fundamentais. Parece-nos contudo útil salientar um facto: o leitor do século XX que atentamente se debruça sobre estes velhos escritos tem uma singular e agradável surprêsa pois, em vez de sufocar com o cheiro bafiento de veneráveis relíquias, recebe uma lufada de ar fresco e vivificante que prova bem a sua actualidade. Nem outra coisa era de esperar, visto que o Espírito de Cristo — sempre novo, sempre contemporâneo de todas as idades — penetra os corações e ilumina as inteligências dos seus fiéis, a eles transmitindo a mesma e única Mensagem que importava revelar; e esta Mensagem — a Boa Nova — tanto foi proclamada aos cristãos do tempo do Império Romano como aos das Invasões Bárbaras ou do Renascimento e continuará a sê-lo nos nossos dias e naqueles que lhes sucederem. Ora os Padres da Igreja são, indiscutìvelmente, testemunhas privilegiadas da Revelação Cristã, seus fidelíssimos transmissores e autorizados intérpretes: como não desejar portanto que os nossos fiéis sejam assíduos na sua leitura?

A DIDAKÉ — Foi em 1873 que o metropolita Bryennios de Nicomedia descobriu em Constantinopla um manuscrito de 1056 contendo, além da carta de Barnabé e das duas cartas de Clemente, a «Doutrina *(didaké)* dos Doze Apóstolos», obra que remonta ao século I da nossa era. Esta obra foi, apesar da sua curta extensão, muito célebre na antiguidade vindo a exercer grande influências em obras posteriores quer de carácter litúrgico, quer canónico. Este pequenino mas precioso livro, sem carácter dogmático, apresenta, sob a imagem das *duas vias*, os principais ensinamentos morais, aos quais se seguem normas litúrgicas sobre o baptismo, o jejum, a oração e o Ágape (ou Eucaristia); a terceira parte trata de preceitos disciplinares referentes às obrigações para com a comunidade (fiéis e superiores hierárquicos, bem como *carismáticos)*, terminando com uma veemente exortação à perseverança na virtude em que se faz sentir nìtidamente o influxo da crença na próxima Parusia.

A tradução portuguesa é feita sobre a versão italiana de P. O. Tosti com introdução e notas.

CARTA AOS FILIPENSES — S. Policarpo, contemporâneo e discípulo de S. João Evangelista, veio a ser consagrado Bispo de Esmirna pelo apóstolo mais amado por Jesus. Tendo-lhe os cristãos de Filipos pedido uma cópia das cartas de S. Inácio de Antioquia, enviou-lhas juntamente com esta sua em que dá numerosas instruções acerca da fé e da vida cristãs, insistindo particularmente na obediência devida à hierarquia.

Este 2.º volume da Colecção Patrística indui também o MARTÍRIO DE S. POLICARPO, que é a mais antiga Acta de Mártires que se possui; mais tarde foram-lhe acrescentados alguns apêndices. Tradução e notas de P. O. Tosti.

CARTA AOS CORÍNTIOS de S. Clemente Romano — Em boa verdade é esta a *única* carta autêntica do grande Papa; e este escrito teve tal autoridade que, em tempos passados, havia quem o considerasse *inspirado*, tal como os Livros Sagrados. S. Clemente escreve aos fiéis de Corinto para acalmar os ânimos, exaltados por uma rebelião de alguns jóvens contra os presbíteros locais. Depois de longas exortações gerais, convida os fiéis à obediência e termina esperançado no restabelecimento da concórdia.

O valor principal desta Carta reside talvez no facto de ela ser *uma intervenção oficial e espontânea de Roma* que assim mostra a sua supremacia sobre as outras Igrejas; também nela se dá conta da perseguição de Nero e do martírio de Pedro e Paulo em Roma, além de conter uma esplêndida oração colectiva de acção de graças muito usada na liturgia.

A edição esteve ao cuidado de Igino Giordani.

AS CARTAS de S. Inácio de Antioquia — Santo Inácio, bispo de Antioquia, foi conduzido a Roma no tempo do imperador Trajano (c. de 110), aonde veio a ser despedaçado pelas feras. Durante a viagem escreve 7 cartas; de Esmirna, escreve às Igrejas de Éfeso, de Magnésia e de Tralles, agradecendo-lhes o terem-lhe mandado delegações para o cumprimentarem; escreve em seguida aos cristãos de Roma, pedindo-lhes que não façam tentativas junto do Imperador para ser salvo; por último, em Tróade, escreve às Igrejas de Filadélfia e de Esmirna, bem como a S. Policarpo, bispo desta última.

O maravilhoso estilo literário e o amor apaixonado que Inácio tem por Cristo e pelo martírio tornam as suas cartas admiráveis monumentos cristãos, cuja solidez é garantida por seguríssima doutrina sobre Cristo, sobre a Eucaristia e sobre a Igreja: é Inácio quem pela primeira vez usa a expressão *Igreja Católica* para designar a comunidade total dos fiéis, referindo-se também claramente à *primazia da Igreja Romana*.

Tradução e comentário do Cón. Jerónimo Contini.

★

É certo que, nos nossos dias, dificilmente se aceitam traduções que não sejam feitas sobre os originais; por isso pode a iniciativa das Edições Paulistas merecer reparos a alguns. Não negamos que nos seria muito mais agradável que assim tivessem feito, mas também não queremos deixar de nos colocar no ponto de vista dos Editores: estes não pretenderam fazer *trabalho crítico* nem obra de eru-

dição, mas simplesmente divulgar, tornando-os acessíveis, os escritos dos Padres da Igreja. E talvez que este primeiro empreendimento venha a ser a semente de outros mais perfeitos e de maior fôlego. Para já, ele tem o inegável mérito de constituir a arrancada inicial para uma cultura patrística do público católico português.

A. S.

ARTIGOS RELIGIOSOS

PARA REVENDA e PROPAGANDA

Casa de S. José - Porto

(FUNDADA EM 1896)

168, RUA DAS FLORES, 170

Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!

TELEFONE, **22886**

CRÓNICA

Parece ser requisito para quem narre reportar aquele que lê aos princípios do que conta. Em antigos cronicões chegava-se a remontar à criação de Adão. Não me parece desacertado tal princípio... mas não pretendo chegar aqui a tais extremos. Esteja, pois, socegado o leitor que não vou por ora até Adão; fico-me mais perto, não ultrapassando os começos deste ano lectivo. Aqui vão eles.

A casa este ano recebeu mais gente. Motivo da enchente: o aumento dos colegas de Aveiro, Beja e Faro. Reconhecemos com alegria um tal aumento mas sentimos também a diminuição da gente do Patriarcado.

Para tirar a poeira e ganhar fôlego começou-se com o retiro habitual, dirigido pelo Reverendo Frei Hermenegildo de Jesus, sacerdote negro passionista. Quis Sua Eminência estar presente no retiro. Veio até cá e falou conosco. Conversa abundante como sempre: fidelidade à Igreja, obediência, sentido do regulamento, processos de estudo, espírito litúrgico e outros assuntos. No fim deixou-nos a palavra de ordem: «Precisamos de ser um escol de formação humana e cristã. Estais cá para isso».

Depois, o ano lectivo começou. Uns dias de rodagem e depois o ritmo normal. A ocupar a cátedra, duas novas caras: o Senhor P.e Plácido Guerné, que veio retomar a corrente de simpatia que cá deixara, e o Sr. P.e Fernando Melro, vindo até nós de Roma. Coube ao primeiro o Dogma do II e III anos, a Patrologia, a Espiritualidade e a História da Filosofia Antiga; ao segundo a Filosofia. A substituir o Sr. Dr. Maurício, chamado a prestar serviço noutro lugar da seara, ficou o Sr. P.e Honorato a reger História Eclesiástica.

A fins de Novembro, ou mais precisamente, a vinte e três, tivemos ordenações, este ano na igreja de Moscavide. A presença duma grande massa que enchia o templo e as condições litúrgicas do mesmo deram às cerimónias um sabor especial. Foram chamados a colaborar com o Bispo, como presbíteros, os Reverendos Fernando Micael e Henrique Galvão, pertencentes já às gerações idas. Além deles, colegas nossos receberam o diaconado, subdiaconado e alguns graus de ordens menores.

A ocorrência, este ano, do quinto aniversário da morte do Condestável levou a Associação do mesmo nome a fazer uma comemoração em forma do dia do seu patrono. Na véspera, cinco de Novembro, houve tarde desportiva, com corridas, salto, lançamento de disco, tudo isto em exibição espectacular e por vezes original dos concorrentes que redundou em

grande gáudio da assistência. No domingo, dia seis, além da conferência à tarde do Dr. Webber sobre a espiritualidade condestabriana, tivemos à noite a visita do nosso já conhecido Sr. Hulot, vindo desta vez em «O meu Tio».

Num dos sábados dos meados de Novembro fomos, em passeio, iniciado a toque da chuva, até à Quinta de Santo António (Telheiràs).

A comemorar mais um aniversário da tomada de posse da Diocese por Sua Eminência, os filósofos, por iniciativa da sua Academia João XXI, quiseram mais uma vez subir ao palco. E não há dúvida de que se saíram bem, mostrando-se à altura da peça que representaram: «Doze homens fechados».

Veio também até cá Monsenhor Avelino Gonçalves falar-nos sobre o problema que o preocupa: a Imprensa católica em Portugal.

Com ares de marciano, todo encouraçado em gesso, chegou finalmente, depois de dois meses e meio de hospital, o nosso Conceição Duarte.

Entretanto, veio o Advento. Ao Senhor que cantávamos estar perto pedimos que se aproximasse mais. E esperando-o, continámos a trabalhar.

Germano Cleto

ÍNDICE ALFABÉTICO

Pág.

— Arte Sacra e legislação eclesiástica — *J. Policarpo* 238
— Aspectos do Problema da Emigração — *Eng. Agr. José M. Magalhães* 99
— Catolicidade da Igreja e dinamismo missionário — *P. Dr. J. A. de Sousa* 193
— Caracterologia — Os Apaixonados (I) — *António Serrão* 163
— Os Apaixonados (II) — *António Serrão* 199
— Chrétien devant le monde d'aujourd'hui (Le) — *René Voillaume* 117
— Cidade e o problema das novas igrejas (A) — *Diogo Pimentel* ... 157
— Cosmogonia (A) — *João Morais* 130
— Como eu vi Ars — *Manuel Álvaro Quintas* 49
— Ecumenismo e Eclesiologia — *P. Dr. João A. de Sousa* 14
— Entrevista com o Rev. Eduardo Moreira 29
— Estampas e «Santinhos» — *José Policarpo* 60
— Instrução ao Episcopado Católico sobre o «Movimento Ecuménico» — com notas e comentários pelo *P.e Dr. Manuel A. Lourenço* ... 6
— Introdução à leitura dos Padres da Igreja 153
— «Missa das Crianças» ou «Missa com crianças» — *Luís Moita* 93
— Natal — Mistério de Redenção — *H. Marques* 225
— Notas sobre o Problema da Arte e da Moral — *P. Fernando Melro* 234
— Novo Código de Rubricas (O) — *P. José C. Ferreira* 185
— Oitavário pela Unidade dos Cristãos (O) — *P.e José C. Ferreira* ... 23

— PANORAMA:
— «Centro di Studio e Informazione per l'Architettura Sacra» de Bolonha (O) 179
— Cultura cinematográfica do clero 73
— Curso missionário de férias (V) 177
— Encontro de cinema (VI) 223
— Igreja Católica na Noruega (A) ... ...
— Marcha para a unidade 35
— Problemas da Televisão 107
— Sugestões para a celebração do baptismo 147
— Voz que se eleva na tormenta (Uma) 216

— Problema do Pseudo-Tomé (O) — *J. Calheiros* 207

— Rodolfo Bultmann — *António Henrique* 81
— Sentido missionário do Movimento Ecuménico — *A. J. Pinto Ribeiro* 141

— TRIBUNA dos LEIGOS:
— *Flausino José* 110
— Voz da Igreja (A) — *sobre a* UNIDADE 39

BIBLIOGRAFIA

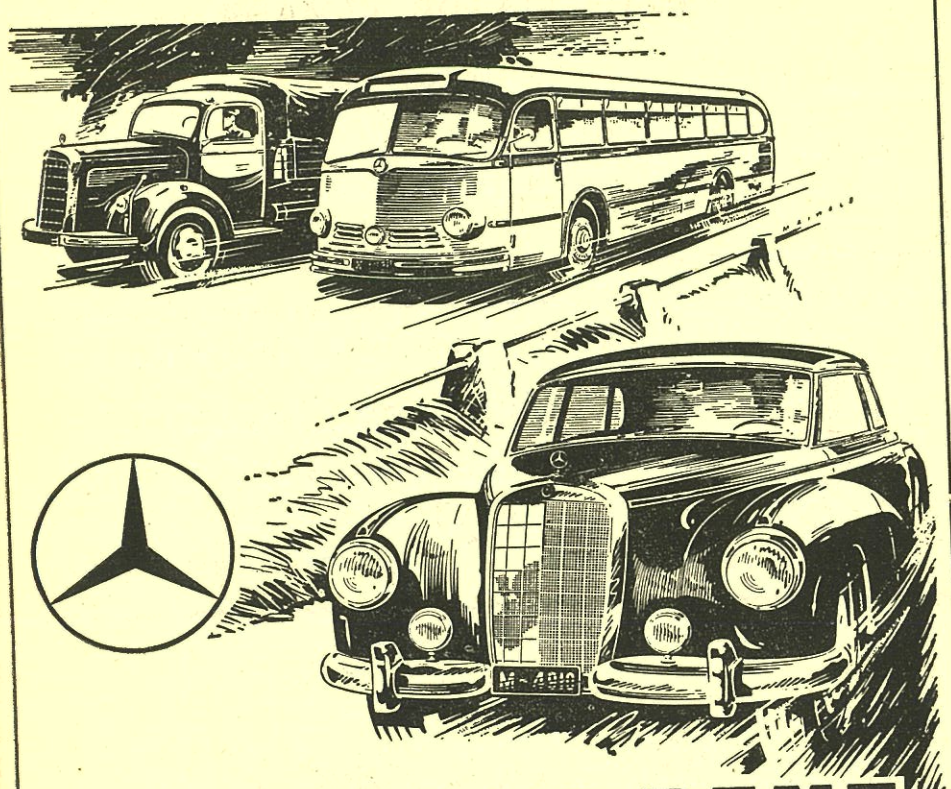
— Colecção Patrística — *Ed. Paulistas* ... ...
— Journal d'une mission ouvrière — *Jacques Loew* 170
— Paulin de Nole — *Denys Gorce* 77
— Prêtre, prépare ta relève — *Abbé Henri Berthe* 76
— Réussir — *Michel Quoist* 150

— UNIDADE da Igreja *(Bibliografia)* 46

— ENTRE DEUS E OS HOMENS —

Caderno de estudos sobre o Sacerdócio

— Espiritualidade e Sacerdócio — *Agostinho Alves da Cunha* 93
— Igreja e o Sacerdócio — *J. Paulo Nunes* 17
— Ordem à luz da liturgia da ordenação (A) — *José C. Ferreira* 103
— Padre e o mundo de hoje (O) — *Charles Moeller* 127
— Padre, um simples padre (Um) — *Daniel-Rops* 7
— PANORAMA:
— Espírito de família nos seminários (O) 69
— Obra das Vocações Sacerdotais e a sua missão (A) 66
— Padres em Portugal e no mundo 73
— Problema das vocações numa pastoral de conjunto (O) ... 61
— Sacerdócio e ministério — *F. B. Machado Maurício* 31
— Sacerdócio nas páginas da Bíblia (O) — *António Henrique* 151
— Sacerdócio no Magistério da Igreja (O) — *António Serrão* 165
— Virgem e o Sacerdócio no Evangelho de S. João (A) — *Jean Guitton* 81
— Vocação sacerdotal — *Manuel S. Craveiro* 45
BIBLIOGRAFIA 203



MERCEDES-BENZ

UMA CONSAGRADA MARCA ALEMÃ QUE CONSTITUI UMA GARANTIA DA MAIS ELEVADA QUALIDADE E SUPERIOR EFICIÊNCIA EM TODOS OS GÉNEROS DE TRANSPORTE

AUTOMÓVEIS A GASOLINA E DIESEL
VIATURAS LIGEIRAS COMERCIAIS
CAMIÕES E AUTOCARROS DIESEL

REPRESENTANTE

C. SANTOS L.DA

LISBOA ★ PORTO ★ COIMBRA ★ BRAGA ★ OLHÃO

FUNERÁRIA DE ALMADA

Funerais e Artigos Religiosos

Encarregado: **ORLANDO PARADA**

AVENIDA CRISTO REI, 2 - G — ALMADA — TELEFONE **071814**

Próximo ao Monumento — Chamadas a qualquer hora

Correspondente em Lisboa:

AGÊNCIA LEMOS

RUA S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA, 121 — Próximo à Igreja

TELEFONE, **50620**

ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO



SOCIDEL

SOCIEDADE COMERCIAL DE ARTIGOS DE DESPORTO, LDA.

RUA NOVA DO ALMADA, 51 LISBOA

TUDO PARA DESPORTO



QUALIDADE POR QUALIDADE

OS MELHORES PREÇOS

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º

Círculo do Humanismo Cristão

Um livro de dois em dois meses
12$50 por mês

ENCÍCLICAS

Todas as encíclicas ordenadas cronològicamente

O PENSAMENTO DA IGREJA

Textos de Papas, Bispos e Santos Doutores da Igreja sobre os assuntos que preocupam os homens de hoje

peça as condições de assinatura destas três colecções à

LIVRARIA MORAIS EDITORA

R. da Assunção, 49-51 — LISBOA-2

MARMINDÚSTRIA PORTUGUESA, LD.ª

Oficinas — Pero Pinheiro

Escritório — Rua Barata Salgueiro, 53-2.º
LISBOA

MÁRMORES E CANTARIAS

Fornecedores das obras de:

Interiores da Igreja de S. João de Deus
Igreja de Moscavide
Colégio das Irmãs de Santa Doroteia
(em construção)
Hotel Ritz de Lisboa
Grande Hotel da Figueira da Foz
Embaixada de Portugal em Londres
Liceu Salazar em Lourenço Marques
etc., etc.



Se não vê...

C/optico dip. pela Escola de Optica de Colónia (Alemanha)

Se não vê bem será bom consultar um especialista. Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

CONCESSÕES ESPECIAIS AO EXCELENTÍSSIMO CLERO

HORÓPTICA, LDA

O OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27—LISBOA

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.A, L.DA

Casa fundada em 1832 — A casa mais antiga do País no seu género

LUSTRES, LANTERNAS, PLACAS, CASTIÇAIS, LÂMPADAS, SUSPENSÕES, BANHEIRAS, CALDEIRAS, ESQUENTADORES, FOGÕES DE COZINHA

Instalações sanitárias, Casas de banho, Eléctricas, Pára-raios, Aquecimento, Ascensores Ventilação, Contra incêndios, Telefones. Todos os trabalhos em latão e ferro forjado.

166, RUA DO OURO, 170 **LISBOA** OFICINAS: **RUA S. TIAGO, 19**

DEZEMBRO 1960